



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NO TERRITÓRIO  
CURRICULAR: Implicações de um contrato de gestão envolvendo escola  
pública**

**THAYSE DO CARMO JUNCKES**

Florianópolis

2016

**THAYSE DO CARMO JUNCKES**

**PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NO TERRITÓRIO  
CURRICULAR: Implicações de um contrato de gestão envolvendo  
escola pública**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
(UFSC) para obtenção do título de  
Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Juarez da Silva  
Thiesen

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Junckes, Thayse do Carmo

Participação da iniciativa privada no território  
curricular : Implicações de um contrato de gestão  
envolvendo escola pública / Thayse do Carmo Junckes ;  
orientador, Juarez da Silva Thiesen - Florianópolis, SC,  
2016.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências  
da Educação. Graduação em Pedagogia.

Inclui referências

1. Pedagogia. 2. Parceria público-privada. 3. Escola.  
4. Currículo. 5. Contrato de gestão. I. Thiesen, Juarez da  
Silva. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Graduação em Pedagogia. III. Título.

THAYSE DO CARMO JUNCKES

**PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NO TERRITÓRIO  
CURRICULAR: Implicações de um contrato de gestão envolvendo  
escola pública**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de agosto de 2016.

---

Prof. Dr. Jeferson Dantas  
Coordenador do Curso de Pedagogia

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Juarez da Silva Thiesen  
Orientador (EED/CED/UFSC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Zenilde Durli  
(MEN/CED/UFSC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Roseli Zen Cerny  
(EED/CED/UFSC)

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Andressa Grazielle Brandt  
(IFC/PPGE-UFSC)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus e à minha família por me proporcionar a oportunidade de seguir estudando, sempre me apoiando e me incentivando sem medir esforço. À minha mãe e meu pai pela dedicação, carinho, atenção e amor, os quais estavam sempre do meu lado, em todos os momentos.

Ao meu irmão Lucas, que sempre me lembrava do seu amor por mim, minha fonte de inspiração, e que nos últimos dias de escrita desse trabalho, fazia os deveres sozinho para deixar a mana estudar.

Ao meu namorado Bruno, que esteve do meu lado ao longo desse importante momento da minha vida.

À minha amiga Morgana, minha dupla de trabalhos e de estágio, pelos vários momentos e trabalhos partilhados, por sua amizade e companheirismo ao longo do curso.

Às minhas amigas da turma, pela alegria e angústia dividida, pela amizade, companheirismo, paciência e por todos os momentos que vivemos juntas.

Ao Grupo de Pesquisa Itinera, que me recebeu com muito carinho e com o qual estou aprendendo muito;

À Edilene, colega do grupo de pesquisa, que me ajudou no contato com as escolas e com as entrevistas. Às professoras e coordenadoras pedagógicas que me receberam nas escolas e permitiram que eu as entrevistasse.

Agradeço aos professores que contribuíram com seu conhecimento durante minha trajetória acadêmica.

À professora Dra. Zenilde Durli, que além de contribuir com seu conhecimento, me deu a oportunidade de iniciar na pesquisa e me apresentou ao professor Juares.

Ao professor Dr. Juares da Silva Thiesen, que me ensinou muito durante o tempo que fui sua bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFSC 2014-2016), o qual admiro muito e que me deixou ainda mais feliz por ter aceitado ser meu orientador neste Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada!

Aos membros da banca examinadora, às professoras Dra. Zenilde Durli, Dra. Roseli Zen Cerny e Me. Andressa Grazielle Brandt, pela disponibilidade e futuras contribuições para com este trabalho. Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram e que estavam comigo ao longo dessa caminhada. Só tenho a agradecer!

Num tempo, página infeliz da nossa  
história. Passagem desbotada na  
memória das nossas novas  
gerações. Dormia  
a nossa pátria mãe tão  
distráida sem perceber que era  
subtraída em tenebrosas  
transações. Chico Buarque

## RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida como trabalho de término de curso na licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, tratou da problemática da participação da iniciativa privada no território curricular. Como recorte, assumimos o objetivo de analisar as implicações de um contrato de gestão envolvendo duas escolas públicas do município de São José/SC. Para a discussão e aprofundamento teórico, utilizamos como referencial trabalhos de Peroni (2003, 2006, 2010); Freitas (2004); Galvanin (2005) Arelaro (2007); Peroni et al (2009), dentre outros. Situamos que as motivações que fortaleceram as parcerias na Educação entre os sistemas públicos e instituições privadas no país foram, principalmente, as políticas de reestruturação do estado – no movimento genericamente denominado de neoliberalismo e a descentralização do Ensino Fundamental, ambos desencadeados a partir da década de 1990. Para a investigação das implicações destas parcerias nas escolas do município de São José, e considerando as características gerais do contrato de gestão, elencamos quatro categorias que orientaram a análise. Foram elas: Material: Conteúdo e Forma; Formação; Avaliação e Relação Família e Escola, as quais emergiram das leituras realizadas sobre a temática. A pesquisa se configurou predominantemente como de caráter qualitativo, inicialmente trabalhando com fontes de análise bibliográfica e documental, para a qual utilizamos, como dados e informações referenciais, projetos e produções do mapeamento realizado durante o período de Iniciação Científica (PIBIC/UFSC 2014-2016). O trabalho de leitura da produção teórica e a análise dos dados empíricos permitiu concluir que o contrato de gestão não elevou a qualidade da educação nas escolas implicadas, e que a aquisição deste tende diminuir os espaços de autonomia dos professores, reduzir o currículo à aplicação dos conteúdos das apostilas, padronizar as metodologias de trabalhos tolhendo a criatividade e a iniciativa dos professores, reduzindo os espaços de discussão sobre os saberes locais, além de várias outras desvantagens.

Palavras-chave: Parceria público-privada, Escola, Currículo, Contrato de Gestão.

## LISTA DE SIGLAS

|            |   |
|------------|---|
| EJA        | Educação de Jovens e Adultos                                |
| FUNDEF     | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental |
| GRANFPOLIS | Associação dos municípios da região da Grande Florianópolis |
| IC         | Iniciação Científica  |
| IDEB       | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica                |
| MEC        | Ministério da Educação                                      |
| PIBIC      | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica    |
| PNLD       | Programa Nacional do Livro Didático                         |
| SEFE       | Sistema Educacional Família e Escola                        |
| UFSC       | Universidade Federal de Santa Catarina                      |

## **LISTA DE QUADROS**

|          |   |    |
|----------|---|----|
| QUADRO 1 | MUNICÍPIOS QUE REALIZAM PARCERIA COM INSTITUIÇÃO PRIVADA.....           | 29 |
| QUADRO 2 | ESTADOS QUE ENVIARAM TRABALHOS EM 2015 PARA O PRÊMIO AÇÃO DESTAQUE..... | 36 |

## LISTA DE FIGURAS

|          |                        |    |
|----------|------------------------|----|
| FIGURA 1 | COLEÇÃO CAMINHOS ..... | 35 |
| FIGURA 2 | LIVROS REGIONAIS.....  | 42 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>12</b> |
| 1.1 APRESENTANDO A PESQUISA .....   | 12        |
| 1.2 CAMINHOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....   | 17        |
| <b>2. O MOVIMENTO DE INSERÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NO<br/>TERRITÓRIO CURRICULAR DAS ESCOLAS PÚBLICAS.....</b>    | <b>20</b> |
| 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ATUAL MOVIMENTO DA INICIATIVA PRIVADA<br>NO TERRITÓRIO CURRICULAR.....                    | 21        |
| 2.2 MAPEAMENTO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NAS<br>REDES PÚBLICAS DE ENSINO DE SANTA CATARINA ..... | 28        |
| <b>3. IMPACTOS DE UM CONTRATO DE GESTÃO NO TERRITÓRIO<br/>CURRICULAR DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS .....</b>           | <b>33</b> |
| 3.1 CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA.....   | 37        |
| 3.2 CATEGORIAS QUE ORIENTAM A ANÁLISE.....  | 39        |
| 3.2.1 MATERIAL: CONTEÚDO E FORMA .....  | 39        |
| 3.2.2 FORMAÇÃO .....  | 43        |
| 3.2.3 AVALIAÇÃO.....  | 45        |
| 3.2.4 RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA .....  | 46        |
| 3.2.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA PARCERIA .....  | 47        |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>50</b> |
| <b>5. REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>55</b> |
| <b>6. ANEXOS.....</b>   | <b>58</b> |

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentando a pesquisa

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as implicações de uma parceria envolvendo ações no âmbito do currículo, entre a iniciativa privada e a Educação pública em uma das redes municipais e instituição de ensino do estado de Santa Catarina.

O interesse pelo tema surgiu por meio da pesquisa de iniciação científica, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFSC 2014-2016)<sup>1</sup>, e também pela aproximação e participação no grupo de pesquisa Itinera, grupo que desenvolve estudos e pesquisas no campo do currículo, tendo ênfase em teorias e políticas curriculares, que é vinculado ao Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina.

A pesquisa de Iniciação Científica teve como objetivo mapear o avanço das iniciativas de organizações não estatais e privadas em propostas e projetos da política curricular brasileira, especialmente a partir dos anos 1990. Para tanto, foi realizado um mapeamento de projetos e produções acadêmicas em algumas bases de dados, buscando identificar essa inserção da iniciativa privada na Educação pública, e assim organizamos um conjunto de dados, cujo trabalho realizado servirá como base para essa pesquisa.

A Iniciação científica, a realização do mapeamento e a organização dos dados, nos permitiram ver como há diversos projetos e produções sendo desenvolvidos em torno dessa temática/problemática, e como essa vem se destacando nas pesquisas acadêmicas. A iniciação também teve papel fundamental na escolha do tema dessa pesquisa, proporcionando maior aproximação com o tema, e contribuindo de modo, a saber, quais autores vêm discutindo a temática nos últimos anos, e quais suas concepções.

Com o levantamento e leituras realizadas no período da pesquisa de iniciação científica, que se iniciou em agosto de 2014 e foi estendido até agosto de 2016, percebemos que cada vez mais essa relação público-privada vem sendo abordada, e que há diferentes formas de participação da iniciativa privada na Educação pública. Essas parcerias vêm ganhando força no Brasil principalmente a partir da década de 1990, dado

---

<sup>1</sup>Iniciação científica orientada pelo professor Dr. Juarez da Silva Thiesen, do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação da UFSC.

que nesse período, o Estado passa a transferir algumas de suas responsabilidades para a iniciativa privada, e funções que eram exclusivas do Estado, passam a ser compartilhadas com a iniciativa privada, dentre elas, a Educação.

Na Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em 1990 em Jomtien na Tailândia, os 155 governos participantes comprometeram-se com a Educação Básica de qualidade. Definiu-se que os nove países com elevado índice de analfabetismo (sendo o Brasil um desses países) fariam políticas educacionais articuladas com a Educação Para Todos, que era coordenado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), assegurando o acesso á Educação Básica. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA 2000 p. 56).

Com o intuito de diminuir gastos, a defasagem, o analfabetismo, e assegurar o acesso e a permanência na escola, o Estado passa a financiar programas para atuar junto à rede pública, como, por exemplo, programas de aceleração de fluxo, aprendizagem e, inclusive sistemas de ensino. Nesse mesmo período o Estado brasileiro também implantou Sistemas de Avaliação Externa para a Educação Básica e vem aproximando-se cada vez mais de ações e projetos que marcam os interesses do mercado.

A Educação pública brasileira vem sofrendo interferências dos setores privados, principalmente a partir de 1990, quando o Estado passa a ser objeto/espaco de reformas e inicia-se a descentralização do sistema educacional. Com o intuito de obter resultados positivos para índices como o IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica), avaliações externas, e também de diminuir a responsabilidade para com a Educação, o Estado vem financiando projetos da iniciativa privada para atuar junto à rede pública. De acordo com PERONI (2006, p.120),

Neste período particular do capitalismo, em que se constata a crise do Estado, que, por ineficiência, gastou demais com políticas sociais, a estratégia em voga é diminuir o papel do Estado, transferindo, cada vez mais, a coordenação e a execução das políticas para a gestão privada, considerada como sinônimo de eficiência.

O Estado em suas diferentes esferas passa então a contratar apoio privado, como programas de aceleração de fluxo, de gestão, e materiais didáticos (apostilas), que padronizam os sistemas. Nessa direção todas as escolas que fazem parceria com essas instituições tendem a ter um ensino padronizado, seguindo conceitos metodológicos e princípios iguais para todas. Essas parcerias também oferecem algum tipo de formação e treinamentos para que os professores, pela ótica destas instituições, possam se ‘adequar’ aos novos sistemas, que em geral chegam prontos à escola, fazendo assim

com que diminua ainda mais a seletiva autonomia que possuem. Esse descompromisso, associado a transferência de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, que é vista como sinal de eficiência, visando índices e resultados, importa-se pouco em como ocorre o processo educativo e muito com os produtos finais.

Nesta perspectiva, vários estados e municípios brasileiros passam a realizar parcerias com ONGs (Organizações não governamentais), e diferentes programas da iniciativa privada, tornando-os responsáveis pela gestão, conteúdo e avaliação escolar. Em alguns casos, a parceria é feita para a compra de material didático pedagógico, ou seja, sistemas de ensino apostilado, sem considerar que o Ministério da Educação já disponibiliza material, havendo assim um duplo gasto de dinheiro público. (AKKARI, A. et al ,2011, p.488).

Essa é outra crítica feita por estudiosos da Educação, que ocorre em torno da compra de sistemas de ensino, a qual envolve dois gastos de dinheiro público, pois todos os estados e municípios brasileiros recebem livros do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual distribui livros didáticos para alunos do Ensino Fundamental e Médio, e mesmo recebendo esse material, muitos estados e municípios vêm realizando compra de apostilas de sistemas de ensino privado. Vale lembrar que os contratos de gestão não se limitam a oferta de livros didáticos, mas um vasto conjunto de ações no território curricular.

Na leitura dos projetos e produções encontradas no levantamento da iniciação científica, pudemos perceber que existem dois pontos de vista sobre as parcerias privadas no sistema público de ensino, de um lado os defensores das instituições privadas e seus projetos, argumentando sobre eficiência, qualidade e inovação, e, de outro lado, estudiosos da Educação que fazem uma crítica a essas parcerias e projetos. Vimos que há uma espécie de enfrentamento e embate curricular, em que a iniciativa privada defende seus ideais, divulgando seus 'produtos', materiais apostilados, projetos de gestão e aceleração de fluxo, como um indicativo de inovação, de que irá fazer o que o sistema público não tem dado conta. O outro ponto de vista sobre essas parcerias vem de estudiosos da educação, que criticam como essa inserção da iniciativa privada vem diminuindo a autonomia do professor, desde o planejamento, organização curricular, até a prática docente, pois há materiais apostilados prontos para o professor seguir, interferindo no planejamento, tendo metas a serem cumpridas e também acarretando em uma reorganização da gestão escolar, que acaba por transformar todo o trabalho da instituição de ensino. E, além disso, os autores alertam que este movimento pode

significar o fim da escola pública e a consequente entrega do caráter da formação humana aos interesses do mercado.

Quando o Estado passa a contratar apoio privado na lógica de mercado para a Educação pública, está tratando a Educação como um produto. Sob essa lógica, a escola é vista como um espaço de oportunidades de aprendizagens para todos os sujeitos, porém formando-os para o mercado de trabalho.

As empresas privadas articulam uma metodologia geral para todas as escolas parceiras, porém realizam um atendimento especial, conforme as demandas e interesses particulares das instituições escolares. Utilizam um material apostilado e/ou sistema de ensino de norte a sul. Sendo assim, os resultados dependeriam apenas do esforço de cada indivíduo, ou seja, utiliza-se do conceito de meritocracia, para a responsabilização dos indivíduos sobre seus resultados positivos ou não, e sem considerar as especificidades dos sujeitos específicos. Freitas ressalta que,

A meritocracia é uma categoria, portanto, que perpassa a responsabilização. Ela está na base da proposta política liberal: igualdade de oportunidades e não de resultados. Para ela, dadas as oportunidades, o que faz a diferença entre as pessoas é o esforço pessoal, o mérito de cada um. Nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida. No caso da escola, diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as “distorções” de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados. (Freitas, 2012. p. 383).

Segundo este autor, a meritocracia está vinculada a ideia de privatização do ensino público, e nessa lógica não é questionada as diferenças e especificidades dos sujeitos, apenas é dada a “oportunidade”, o material apostilado produzido por empresas e organizações privadas, vistos como mais eficientes, os quais não consideram as especificidades dos indivíduos, e cabe ao mérito de cada um atingir bom resultados, ou seja, um bom índice em notas, a preocupação maior do Estado e elevar os números para amenizar os índices negativos na Educação.

Consideramos essa pesquisa relevante, pois a relação entre o público e o privado na Educação e mais precisamente na área do currículo, mostra-se atual e produz implicações na escola, abrangendo e afetando todos os sujeitos que estão envolvidos na Educação, pois as ações dessas parcerias repercutem na gestão e organização escolar, no trabalho do professor e consecutivamente, na formação dos estudantes.

Essa problemática mobiliza-nos para algumas questões, as quais constituíram a motivação para a realização dessa pesquisa. Sabemos que o território do currículo é um território de disputas e interesses, então quais os interesses do Estado em desenvolver parcerias com instituições privadas? Por quais razões as parcerias público-privadas na Educação vêm crescendo e se mantendo no Brasil? Sob quais aspectos essas parcerias contribuem com a melhoria da Educação pública? Os professores conhecem os reais interesses das empresas privadas na Educação, e sua implicação na gestão e no desenvolvimento curricular da instituição de ensino? Essas, entre outras questões, serviram como base norteadora da pesquisa.

No contexto dessas questões, definimos o nosso objetivo de pesquisa, qual seja: **analisar as implicações decorrentes de um contrato de gestão entre uma instituição privada e duas escolas pública da rede municipal de ensino de Santa Catarina.**

Como objetivos específicos, assumimos como tarefa contextualizar o atual movimento de participação da iniciativa privada no território curricular das redes públicas de ensino pela ótica dos pesquisadores que discutem essa temática/problemática. Para isso, utilizamos produções de pesquisa encontradas no mapeamento já realizado no primeiro ano de pesquisa da Iniciação Científica.

Considerando o conjunto da pesquisa de Iniciação científica em andamento, definimos como segundo objetivo específico mapear, dentre as redes públicas de ensino do estado de Santa Catarina, os municípios que possuem contratos de gestão com a iniciativa privada envolvendo ações curriculares para enfim, como terceiro objetivo específico, analisar as implicações e os aspectos de mudança decorrentes de contrato de gestão envolvendo ações curriculares no âmbito de duas escola públicas dentre as identificadas no mapeamento.

A proposta de analisar as implicações de um contrato de gestão em um município de Santa Carina se deu motivada pelo mapeamento realizado na Iniciação Científica. Como neste levantamento não encontramos produções que tratassem sobre esse tipo de parcerias no estado de Santa Catarina, sentimos-nos instigados ainda mais para a definição desse recorte de pesquisa. A leitura de parte da produção científica que trata dessa problemática, feita na primeira etapa da iniciação científica permitiu que formulássemos a seguinte hipótese empírica para esse trabalho de investigação: um contrato de gestão na perspectiva da iniciativa privada produz desvantagens ao processo pedagógico e aprendizagem dos estudantes, pois os seus projetos tendem a diminuir a

autonomia dos professores e controlar o trabalho escolar, principalmente com o uso sistemas de ensino e material apostilado.

Vimos como essa problemática é atual e sua discussão é de grande importância para a Educação e especialmente para a área do currículo, pois essas parcerias com a iniciativa privada vêm cada vez mais ganhando força no país e conseqüentemente, vem chamando a atenção de estudiosos, professores, gestores e alunos, e há um tensionamento nesse aspecto, especialmente em vista das duas posições já mencionadas: dos pesquisadores que criticam e das organizações e gestores que insistem que os resultados são melhores com essas parcerias.

Referente à estrutura, o texto está organizado da seguinte maneira: uma introdução, na qual apresentamos a pesquisa e os procedimentos metodológicos, um texto abordando o movimento de inserção da iniciativa privada no território curricular das escolas públicas, em que contextualizamos o atual movimento de participação da iniciativa privada no território curricular das redes públicas de ensino pela ótica dos pesquisadores que discutem essa temática/ problemática, seguido do mapeamento sobre a participação da Iniciativa Privada nas redes públicas de ensino de Santa Catarina e por fim, um texto sobre os impactos de um contrato de gestão no território curricular em escola pública, em que apresentamos o Sistema Educacional Família e Escola (SEFE) e sua atuação junto as redes públicas de ensino. Posteriormente analisamos as implicações e os aspectos de mudança decorrentes de contrato de gestão envolvendo ações curriculares no âmbito de duas escolas pública dentre as identificadas no mapeamento e finalizamos o texto com as considerações finais.

## **1.2 Caminhos e procedimentos metodológicos**

A presente pesquisa caracteriza-se predominantemente como de caráter qualitativo em função de seus objetivos, está classificada em relação às fontes com uma investigação bibliográfica e documental, associada a um conjunto de procedimentos empíricos.

A pesquisa bibliográfica e documental são muito similares, e muitas vezes até confundidas, de acordo com Gil (2002, p.46),

[...] na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há de um lado, os documentos de “primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. [...] De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Nessa pesquisa contextualizamos as parcerias público-privadas sob a ótica de pesquisadores da área que veem discutindo a temática. Para isso, utilizamos produções encontradas no mapeamento realizado para a pesquisa de iniciação científica, dentro do recorte temporal de 1990-2014, as quais encontram-se disponíveis em bases de dados de acesso livre na internet.

O estudo empírico foi desenvolvido por meio de duas ações, quais sejam, o levantamento dos municípios de Santa Catarina que possuem contrato de gestão com organização e/ou instituição privada e um conjunto de entrevistas visando identificar as implicações decorrentes desse contrato em duas escolas.

Para a identificação das implicações na realidade concreta da escola, foi realizado um levantamento para saber quais os municípios do estado de Santa Catarina que realizam ou já realizaram parcerias com alguma organização e/ou instituição privada. A parte empírica da pesquisa foi desenvolvida em um município, e mais precisamente em duas instituições públicas do estado de Santa Catarina, tendo como finalidade identificar as implicações decorrentes da parceria de um município com a instituição privada, na gestão e no desenvolvimento curricular da instituição de ensino. Identificado o município, destacamos duas escolas para a empiria, as quais foram definidas em razão do acesso e para poder aprofundar a análise, visto que uma já encerrou a parceria e outra ainda mantém.

O mapeamento dos municípios que possuem parceria foi realizado por contato telefônico com os secretários ou coordenadores pedagógicos de todos os 295 municípios de Santa Catarina, contemplando questões conforme roteiro apresentado no anexo 1 (p. 56). O mapeamento foi realizado durante o desenvolvimento da segunda etapa de Iniciação Científica, que se encerra em agosto de 2016.

A identificação das implicações do contrato de gestão nas escolas pesquisadas, foi realizada por meio da aplicação de entrevistas próprias, semi-estruturadas, as quais foram aplicadas ao secretário municipal de Educação, ao diretor ou coordenador pedagógico de cada escola e a seis professores, os quais efetivamente nos ajudaram a compreender as implicações das parcerias privadas na realidade escolar. Os roteiros de pesquisa encontram-se apresentados nos anexos 2, 3, 4, respectivamente.

A escolha por utilizar-se de entrevistas, justifica-se pelo fato de o procedimento ser reconhecido no âmbito da produção científica e, portanto, colher informações e

subsídios necessários para a leitura e interpretação das implicações ocasionadas pela entrada da iniciativa privada nas escolas de educação pública.

Para o tratamento dos dados obtidos nas entrevistas, visando analisar as implicações decorrentes do contrato de gestão, definimos utilizar categorias de análise, deste modo, elencamos quatro categorias, são elas: 1) Material/Conteúdo e forma 2) Formação 3) Avaliação 4) Relação Escola-Família e por fim, destacamos o que consideramos como vantagens e desvantagens da parceria.

Essas categorias foram definidas tanto para a organização e elaboração dos roteiros de entrevista, quanto para o tratamento dos dados obtidos, as quais emergem das leituras sobre essa temática, e também pelo fato de a discussão perpassar o material, a formação de professores e a avaliação. Salientamos que as escolas e os entrevistados não serão identificados, apenas representados por números e letras respectivamente, por questões de ética.

O trabalho, do ponto de vista de sua estrutura, está organizado considerando as seguintes etapas de pesquisa: Levantamento dos municípios do estado para saber quais realizam parcerias; contextualização das parcerias da iniciativa privada na Educação pública no país, especialmente a partir de 1990 e por fim análise dos aspectos de mudança em relação à dinâmica do desenvolvimento curricular em duas escolas, em função do contrato de gestão com a iniciativa privada.

## **2. O MOVIMENTO DE INSERÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NO TERRITÓRIO CURRICULAR DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

“As relações capitalistas de produção passam a incorporar o cotidiano escolar ao assimilar propostas do Banco Mundial na formulação das políticas educacionais, observados através de critérios como eficiência, eficácia, produtividade – bem como conceitos de empregabilidade, competência, e conduzem a escola como obrigação de preparar para o mercado de trabalho. Ideias de descentralização das ações estatais na educação e incorporação da forma de gestão utilizada pela iniciativa privada remetem os países a reformas estruturais.”

(GALVANIN, 2005. p. 4)

Iniciamos o capítulo com esse trecho de Galvanin, pois este destaca conceitos importantes que envolvem a inserção da iniciativa privada na Educação pública, tomada como sinônimo de mais eficiente, eficaz, produtiva e que tem como finalidade formar sujeitos para o mercado de trabalho.

As parcerias entre sistemas públicos de ensino, (municipal, estadual e federal), e instituições do setor privado vêm crescendo no país, principalmente a partir da última década do século XX, os quais foram anos de mudanças na Educação brasileira, principalmente devido a reestruturação do capitalismo e as políticas neoliberais. Essas parcerias entre instituições privadas e os sistemas públicos vêm se efetivando especialmente a partir de 1990, conforme indicam estudos (Galvanin, 2005; Peroni 2003; Arelaro, 2008; Peroni et al, 2009).

A educação, sob vários aspectos vem seguindo princípios tayloristas/sociedade capitalista, sofrendo mudanças conforme se reestrutura o capitalismo. O modelo de trabalho capitalista, por sua vez, acaba sendo incorporado na Educação, baseando-se na mão de obra para executar tarefas, sem opinar e refletir. (GALVANIN, 2005). É o que vem ocorrendo nas escolas, as quais recebem planejamentos e materiais prontos sem muitas vezes poderem questionar, seguindo a mesma lógica de trabalho.

Nesse capítulo apresentamos breve contextualização sobre os atuais movimentos de inserção da iniciativa privada no território curricular da Educação pública brasileira, e em seguida apresentamos o mapeamento realizado nos municípios do estado de Santa Catarina, o qual indica a inserção da iniciativa privadas nas redes municipais de ensino do estado.

## **2.1 Contextualização do atual movimento da iniciativa privada no território curricular**

Os anos de 1990 foram anos de modificações na Educação brasileira, principalmente devido as mudanças ocorridas em virtude dos movimentos de reconfiguração da ordem capitalista. A educação, assim, segue princípios tayloristas, sofrendo mudanças conforme se reestrutura o capitalismo, e o modelo de trabalho capitalista acaba sendo incorporado na Educação, baseando-se na mão de obra operacional, para a execução de tarefas.

Para Peroni, “[...] as estratégias de superação da crise, como o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a terceira via, é que estão redefinindo o papel do Estado” (PERONI, 2013. p. 2). Essa redefinição acarreta na minimização da atuação do Estado, e visa também à diminuição dos gastos públicos com as políticas sociais, incluindo a Educação. Assim, “[...] a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos)” (PERONI, 2006 Apud PERONI 2010. p. 4)

Peroni (2003, p. 90) afirma que há,

[...] um movimento que vem ocorrendo na redefinição do papel do Estado, tendência essa que aponta para a incorporação da lógica empresarial da produtividade no interior do próprio aparelho do Estado. Portanto, o Estado está privatizando ou repassando parte de suas responsabilidades para a sociedade civil, através das organizações sociais, mas, além disso, o que resta para ele é influenciado pela lógica do mercado. (PERONI, 2003. p. 90)

O Estado financiaria as políticas, mas quem define, executa e controla é a sociedade civil, ou seja, o próprio Estado está incorporando para si a lógica privada, cujos interesses sobre a educação, vão muito além do ensino aprendizagem, e se resume em resultados. São mudanças advindas do capitalismo para a mão de obra operacionalizada e padronizada para a produção em massa, e assim segue a formação escolar para a massa, organizada de forma padronizada para atingir metas e formar mão de obra para o mercado de trabalho. Este modelo vem sendo incorporado pelas escolas por meio das parcerias com empresas privadas, no qual os professores seguem políticas e diretrizes, as quais devem ser seguidas nacionalmente, e com a participação da iniciativa privada na Educação pública, muitas escolas recebem planejamentos e materiais prontos para serem aplicados, sem muitas vezes poder questionar, seguindo a

mesma lógica do trabalho, em que o trabalhador torna-se um mero executor. São políticas que acabam por limitar ou até mesmo extinguir a criticidade e autonomia dos professores, controlando todo o ensino, de modo a torna-los meros executores de conteúdos pré-definidos.

As reformas educacionais também ocorreram em função de compromissos assumidos em documento internacionais, como, por exemplo, na Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em 1990 em Jomtien, orientações da UNESCO e do Banco Mundial. Sendo assim,

As relações capitalistas de produção passam a incorporar o cotidiano escolar ao assimilar propostas do Banco Mundial na formulação das políticas educacionais, observados através de critérios como eficiência, eficácia, produtividade – bem como conceitos de empregabilidade, competência, e conduzem a escola como obrigação de preparar para o mercado de trabalho. (GALVANIN, 2005. p. 4)

Seguindo propostas do Banco Mundial, buscando diminuir a distorção idade/série, diminuir o número de repetências e amenizar os índices negativos, a Educação passa a realizar parcerias com organizações da iniciativa privada, visando índices e metas, e tendo o pressuposto de que essas organizações são sinônimo de eficiência e produtividade, as quais passam a executar tarefas antes executadas pelo Estado, que agora financia e articula a implantação das ações de forma terceirizada. Com a iniciativa privada na execução de programas na Educação, acaba-se instaurando nos sistemas públicos, a lógica de mercado, direcionando o ensino para as necessidades mais emerges e atuais da sociedade e do mercado de trabalho. (GALVANIN, 2005)

Destacamos também que essas parcerias tiveram maior efetivação principalmente a partir do processo de municipalização do Ensino Fundamental, pela Emenda Constitucional nº 14/96, a qual definiu em seu artigo 3º, § 2º, que os municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Educação Infantil, e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) (BRASIL, 1996)

De acordo com Arelaro (2007, p. 910), o processo de municipalização do Ensino Fundamental ocorreu repentinamente, sendo assim os municípios precisariam se organizar para atender a nova demanda, porém não tiveram tempo nem condições para isso, e logo veio o resultado: baixo índice nas avaliações nacionais. A autora aponta isso como um possível motivo da inserção da iniciativa privada nos sistemas públicos de

ensino, pois como a responsabilidade passa a ser dos municípios, e esses encontram dificuldades, passam a buscar meios privados para reverter a situação.

Galvanin afirma que com a contratação de gestão privada, as escolas e os professores acabam tornando-se meros executores de conteúdos prontos, definidos por empresas, os quais não são consultados na definição dos conteúdos, ou seja, as empresas da Educação elencam os conteúdos que julgam ser importantes não para a libertação ou enriquecer o capital cultural dos sujeitos, mas sim conteúdos baseados na memorização, os quais depois serão avaliados por meio das avaliações externas e em larga escala. Outra questão que vem recebendo muitas críticas, pois como uma avaliação feita fora da escola, poderá avaliar o desempenho de alunos de todo o país? (GALVANIN, 2005) Na condição de executante, não aparecem somente as escolas e os professores, mas o próprio Estado, que passa a ser um mero financiador de novas políticas curriculares de acordo com as novas necessidades do mercado. Essas empresas privadas,

[...] mais do que meras fornecedoras de materiais e equipamentos, passam a incidir sobre o desenho da política educacional local e sobre a organização do trabalho docente e administrativo desenvolvido em cada uma das unidades de ensino da rede pública, razão pela qual se tornam *parceiras* dos governos municipais. (PERONI et al, 2009. p. 802)

Com a inserção da iniciativa privada na educação pública, passa-se a buscar resultados de acordo com os interesses no mercado, e a educação até então pública, transita por uma via de mão dupla, de um lado, é pública e gratuita, mas por outro, tem sistema de ensino e material apostilado da iniciativa privada, e muitas vezes até uma gestão privada. Sendo assim, os interesses da iniciativa privada e do mercado se instauram em um espaço até então de lógica pública.

No levantamento realizado em pesquisa anterior (PIBIC/UFSC 2014-2016), constatou-se que há inúmeras produções que abordam, de alguma forma, a inserção da iniciativa privada na Educação pública do país. Utilizamos 19 descritores e 12 bases de dados, e dentro do nosso recorte temporal (1990-2014), encontramos um total de 399 produções, as quais nos mostram como esse tema vem sendo cada vez mais estudado e indicam que cada vez mais essas parcerias vêm se firmando nos sistemas públicos de Educação do país, principalmente no estado de São Paulo.

Essa temática vem cada vez mais sendo estudada, devido aos números de adesão dessas parcerias pelos sistemas públicos de ensino, gerando assim uma maior atenção dos pesquisadores. As empresas anunciam seus produtos e ações, como algo inovador, com produtos eficientes e de qualidade, com formação para os professores, e ações que

contam com um acompanhamento pedagógico para as escolas e seus municípios. Referente as empresas/instituições encontradas no mapeamento, vimos que elas próprias se apresentam como inovadoras para a Educação pública e também divulgam alguns resultados referente as parcerias já firmadas. Dentre as ações desenvolvidas pelas empresas, destacamos as principais: Sistemas de Ensino, com material apostilado para estudante e professores; Formação para professores, Projetos de correção de fluxo, distorção idade/série; e contratos de gestão<sup>2</sup>.

Os materiais apostilados de sistemas de ensino privado, primeiramente eram utilizados por escolas privadas, o qual foi sendo divulgado como sinônimo de eficiência e preparação para o vestibular, estando agora também em vigência em escolas públicas, adotados por municípios e/ou estados, na busca por melhores resultados. Deste modo, a iniciativa privada vem como sinônimo de eficácia, de baixo custo, e que efetivamente forma para o mercado de trabalho, e tem se destacado em avaliações externas, sendo algo perfeito dentro da sociedade capitalista em que vivemos. Porém, destacamos que o baixo custo afirmado pelas empresas é relativo, pois muitas vezes a rede de ensino além de ter o PNLD (Plano nacional do livro didático), acaba realizando a adoção de sistemas de ensino e material apostilado, acarretando em um duplo gasto de dinheiro público.

Cabe ressaltar que o PNLD distribui livros para o Ensino Fundamental e Médio de todo o país, tendo também o PNLD EJA (Educação de Jovens e Adultos), o PNLD CAMPO, para Alunos do 1º ao 5º ano de escolas públicas do meio rural, PNLD OBRAS COMPLEMENTARES, para alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, e em virtude do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), foi criado também o PNLD Alfabetização na Idade Certa e por fim o PNLD Dicionários, todos distribuídos para as escolas públicas pelo próprio programa<sup>3</sup>.

A adoção de sistemas de ensino pela iniciativa privada é entendida por Peroni et al (2009), como uma "[...] estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público na mesma medida em que o setor público transfere parcela de suas responsabilidades para com a educação à iniciativa privada. (PERONI et al, 2009. p. 801)

---

<sup>2</sup>Destacamos ainda que muitas empresas também se utilizam das tecnologias, desenvolvendo projetos e ações de modo a convencer ainda mais as redes com suas propostas. Este é outro aspecto que pode ser explorado em outra pesquisa, como prolongamento desta.

<sup>3</sup>Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>) No site consta também o número de escolas e estudantes atendidos pelo plano e também o gasto anual.

Pensar nessa inserção da iniciativa privada na Educação pública, nos faz refletir sobre a autonomia escolar, em como a escola irá organizar seus espaços, tempos e planejamento, tendo uma instituição que vem de fora da escola, e que acaba por exercer um controle muito grande, pois fornece sistemas apostilados, formação para os professores e muitas vezes até um contrato de gestão pedagógico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996, (BRASIL, 1996) assegura que a escola tenha autonomia em sua organização, como a construção do Projeto Político Pedagógico escolar, o qual é estabelecido no artigo 12 da LDB, e define que a escola é a responsável por elaborar, executar e por fim avaliar seu projeto, juntamente com a comunidade escolar em geral.

De acordo com Veiga (2012) o projeto político pedagógico da escola é uma ferramenta para a organização do trabalho escolar, que traz as concepções que aquela escola e aqueles profissionais da educação possuem sobre educação, sujeitos, avaliação, entre outros. De acordo com a autora, o projeto é uma ação intencional de formação, um compromisso assumido no coletivo, sendo também um projeto político, pois tem compromisso com a formação do cidadão crítico e participativo. É um compromisso coletivo que promove a participação de toda a comunidade escolar, como um exercício de cidadania.

A autora destaca ainda que o projeto político pedagógico envolve a organização do trabalho pedagógico tanto no que diz respeito à organização da escola em geral, quanto da sala de aula. A construção do projeto também possibilita a autonomia da escola, a formação de uma identidade, de diálogo e debate, assim é necessário buscar um referencial teórico que fundamente as concepções ali expostas, uma teoria pedagógica crítica, que seja viável e que represente os interesses da maioria. Ressalta-se que a escola é vista como instituição social, a qual está inserida na sociedade capitalista.

Porém, todo esse importante trabalho coletivo que é destacado nas diretrizes e que da sustentação, identidade e autonomia para a instituição escolar, geralmente torna-se ocultado e abafado pelos novos contratos de gestão da iniciativa privada, os quais acabam reorganizando a escola de acordo com seus ideais, com uma formação para os professores direcionada de acordo com os objetivos firmados no contrato, e muitas vezes sem ser divulgado para a comunidade escolar em geral, fazendo com que o projeto político pedagógico perca seu valor.

Acreditamos que a participação da iniciativa privada na Educação pública tende a diminuir a autonomia das escolas e dos professores e, de certa maneira, influencia ou

até determina os conteúdos a serem trabalhados durante o ano letivo, por cada série, controlando e reorganizando o trabalho escolar. Nas leituras pudemos perceber que essa concepção ou preocupação é destacada por vários autores.

Galvanin (2005) em seu texto *Reforma do sistema educacional dos anos 90: breves considerações sobre os aspectos históricos, econômicos, e políticos*, aborda que,

As diretrizes internacionais insistem na defesa da descentralização de suas políticas sociais e no consentimento de autonomia à rede de escolas, principalmente no que refere á sua organização curricular e administrativa, mas, ao mesmo tempo, em sentido contrário, aderem o processo de avaliação externa dos sistemas de ensino – com base em exames e testes padronizados -, estabelecem fórmula única de currículos em âmbito nacional e (re) centralizam o fluxo de financiamento. (GALVANIN, 2005. p.12)

Peroni, em *Redefinições no papel do estado: parcerias Público/privadas e a gestão da educação*, traz relatos de professores, e afirma que por parte da iniciativa privada,

Há uma coleta diária de informações sobre a frequência de alunos e professores, de abandono dos alunos, de registro de visitas dos supervisores, de participação dos professores nas reuniões quinzenais e até do número de livros lidos pelos alunos. Este acompanhamento constante restringe em muito a autonomia do professor. Até mesmo o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula é totalmente controlado (PERONI, 2010. p. 10)

Como vimos, essa autonomia dada às escolas é muito relativa, pois todas, de todas as partes do país, realizarão exames padronizados para controle de resultados, sendo assim, as escolas precisam seguir uma mesma base curricular de conteúdos, visando os futuros testes externos. São políticas contraditórias, e se não pararmos para refletir, ilusoriamente nos fazem pensar que são políticas para a melhoria da qualidade da Educação, porém, mais do que isso, tem um turbilhão de interesses por trás de cada contrato de gestão e reorganização da política educacional.

Não está sendo feito um investimento na Educação para melhorar o capital cultural da população, mas sim para se ter uma instrução básica que atenda as demandas do mercado. A Educação para todos, é uma Educação baseada na instrução, no que é necessário para a atual sociedade capitalista. Mas qual seria a função social da escola? Acreditamos que não é a mera “transmissão” de conteúdos decorados, para depois serem cobrados por avaliações externas, mas sim, uma Educação emancipadora, que enriqueça o capital cultural e intelectual dos estudantes, de modo a tornarem-se sujeitos críticos e reflexivos, que sejam sujeitos ativos na sociedade.

Há uma preocupação muito grande por parte dos estudiosos da Educação, pois os contratos de gestão com a iniciativa privada estão diretamente ligados ao currículo e ao Projeto Político Pedagógico, os quais são fundamentais para o funcionamento e organização das escolas, e que orientam a prática pedagógica. Com a inserção de instituições privadas nos sistemas públicos de ensino, preocupamo-nos com a lógica que estará presente no currículo e que dará sustentação aos planejamentos, quais serão os interesses que passarão a orientar o processo pedagógico e qual será a formação que se pretende tendo na escola a lógica de mercado, pois sabemos que,

O currículo não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social. Ele está imbricado em relações de poder e é expressão do equilíbrio de interesses e forças que atuam no sistema educativo em um dado momento, tendo em seu conteúdo e formas, a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico. (JESUS, s.d. p. 4)

O currículo é ferramenta fundamental para o funcionamento de uma instituição escolar, pois nele organizam-se, os conteúdos a serem trabalhados, a metodologia, conceitos e concepções, visões, cultura e relações políticas, por isso é considerado um território de disputas de poder e até mesmo de controle.

Ressaltamos preocupação em relação as parcerias entre a iniciativa privada e as escolas públicas, pois com os sistemas de ensino e contratos de gestão, o professor não precisará mais se atualizar, não precisa planejar suas aulas e conteúdos baseando-se nas leis e diretrizes para a Educação, pois recebe planejamento, material, formação e muitas vezes avaliação, tudo pronto, definido pela instituição privada. Então o próprio Projeto Político Pedagógico e currículo escolar são esquecidos, alterados ou até substituídos. E onde fica a “autonomia” da escola se tudo chega pronto? O professor em vez de mediador do conhecimento torna-se um mero transmissor de conteúdos.

Questionamos essas políticas e parcerias, pois é exercido um controle muito forte em relação à Educação, ao currículo, ao planejamento, as escolas, aos professores e conseqüentemente aos alunos. As escolas se obrigam a direcionar seu currículo e todo planejamento de acordo com as políticas impostas e também pela gestão privada, pois serão controlados e avaliados rigorosamente por avaliações externas. Os professores acabam não tendo saída e logo passam a seguir os conteúdos prontos e definidos que chegam às escolas, pois são obrigados a preencher formulários e sofrerão as ditas avaliações. Esses conteúdos definidos igualmente para todos, sem considerar especificidade alguma, e que depois serão avaliados de forma única e criteriosa, tende a

desenvolver competições entre escolas, pois são divulgadas as escolas, os municípios, e os estado do país que tiveram elevadas notas em provas externas, e as mais baixas também, assim como entre os alunos, pois algumas instituições privadas ainda premiam os alunos com melhores notas, com o intuito de divulgar os resultados obtidos pelos seus sistemas de ensino.

## **2.2 Mapeamento sobre a participação da Iniciativa Privada nas redes públicas de ensino de Santa Catarina**

O estado de Santa Catarina faz parte da região sul do Brasil, e possui 295 municípios<sup>4</sup>, estando eles divididos em seis mesorregiões: Grande Florianópolis; Norte Catarinense; Oeste Catarinense; Serrana; Sul Catarinense e Vale do Itajaí. Na pesquisa, realizamos a identificação de todos os municípios do estado, para assim fazermos um levantamento a fim de identificar quais são os municípios que realizam parcerias com instituições ou organizações privadas.

Realizamos esse mapeamento no estado, pois no processo de mapeamento de projetos e produções em bases de dados, na primeira etapa da IC, dentro do recorte da pesquisa, não encontramos textos que tratavam da efetivação dessas parcerias. O trabalho de mapeamento de todos os municípios do estado e identificação de possíveis parcerias ocorreu em conjunto com a pesquisa de Iniciação Científica. O levantamento teve como objetivo identificar, no estado de Santa Catarina os municípios que realizam parcerias com instituições ou organizações privadas na Educação, quais são essas instituições e quais soluções, formações e/ou produtos estão sendo ofertados para as escolas públicas. Com base nessa identificação, definimos um município, dentre todos, para analisar as implicações de uma parceria na gestão e no desenvolvimento curricular de uma instituição.

Na tabela seguinte, encontra-se a o resultado do levantamento, contemplados os municípios do estado que conseguimos contato e que efetivamente realizam parcerias com instituições privadas na Educação, além da identificação das parcerias firmadas por cada um.

---

<sup>4</sup>Dados do IBGE 2016, disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=42>>. Acesso em: 05 Ago. 2015.

Quadro 1: Municípios que realizam parceria com instituição privada.

| Municípios que realizam parcerias com instituição privada | Parceria/Instituição privada/Programas  |
|---|---|
| Abdon Batista   | Instituto José Paschoal Baggio, de Lages, para formação de professores da Educação Infantil e Anos Iniciais. Parceria desde 2005.   |
| Água Doce   | EDP energia eólica oferece cursos para os professores e realiza concursos com os alunos. Distribui alguns kits nas escolas do interior que são multisseriadas. Parceria também com a FUBRA (fumo), que realiza encontros e exposições com os alunos. Parceria em torno de cinco anos. |
| Alfredo Wagner  | A Associação dos municípios da Grande Florianópolis está realizando um diagnóstico junto ao sistema Positivo. Houve uma formação inicial na secretária, mas apenas para diagnóstico.  |
| Alto Bela Vista   | Sistema Positivo, apostila para os alunos e formação para os professores dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. Formação 2 ou 3 vezes por ano. Os alunos realizam a prova hábil, do próprio sistema e também a provinha Brasil.                                       |
| Anita Garibaldi   | Projeto do conhecimento, fornecido pela empresa Actus Palestras, de Videira, desde 2013. Realiza formação com os professores, fornece psicólogos para trabalho com pais e alunos e disponibiliza material áudio visual para os professores dos anos iniciais e finais.                |
| Apiúna  | Universidades Uniasselvi e Unidavi para formação de professores. Parceria com o projeto Fala Guri, de Itajaí, para formação de professores da Educação Infantil, Anos iniciais e finais. Parceria há cinco anos.  |
| Araquari  | IDEP, há mais ou menos oito anos e o Senac iniciou a parceria em 2015. As duas parcerias são para formação de professores da Educação Infantil e Anos Iniciais. Em 2015 se tornou parceiro do programa Mais Educação.   |
| Arroio Trinta   | Sistema Educacional Família e Escola (SEFE).  |
| Balneário Piçarras  | ISEP Sinergia, de Navegantes para formação continuada dos professores da Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais. Parceria desde 2013.   |
| Benedito Novo   | Ipegex para formação e apostilas para os professores, da Educação Infantil até o 5º ano. Parceria desde 2014.   |
| Caibi   | Sistema Positivo do pré ao 5º ano. Apostila e formação para professores, em torno 8 anos de parceria.   |
| Caçador   | Sistema SEFE, Coleção Caminhos para Educação Infantil e Ensino Fundamental. De acordo com informações do site portal, do município de Caçador, a parceria visa elevar o IDEB do município.  |
| Canelinha   | Faculdade aberta e juntamente com a associação GRANFPOLIS, firmouse parceria com o Instituto Positivo no final de 2015.   |
| Chapecó   | Sistema Educacional Família Escola - SEFE.  |
| Coronel Freitas   | Sebrae com o projeto jovem empreendedor, iniciou em 2015.   |
| Florianópolis   | Sistema Educacional Família Escola - SEFE.  |
| Fraiburgo   | Sistema Educacional Família Escola - SEFE.  |
| Galvão  | Fundação Sicredi, parceria para projetos dentro da escola e palestras. Algumas vezes disponibiliza material e lanche. Atende a Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais. Desde 2013.  |
| Guarujá do Sul  | Sistema Positivo, apostilas para alunos da educação infantil (maternal 3), e todo o Ensino Fundamental e formação os professores. Parceria há uns 7 anos.   |
| Ibicaré   | Sistema Positivo, o município comprou apostilas para a Educação Infantil, e os professores receberam formação do sistema para utilização do   |

|                     |  |
|---------------------|--|
|                     | material. Parceria desde 2015.   |
| Iomerê              | Sistema Educacional Família Escola - SEFE,   |
| Itá                 | Grupo Expoente.  |
| Itapiranga          | FAE Faculdades, formação para professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Parceria desde 2005.  |
| Jupia               | Grupo Expoente, material didático da Educação Infantil até o 5º ano e formação para os professores sobre o material a cada bimestre. 2015 foi o último ano de parceria.                                      |
| Lindóia do Sul      | Sistema Positivo, material didático para a Educação Infantil e Anos Iniciais. Formação para os professores, 40 horas ano. Parceria desde 2010.   |
| Luiz Alves          | Já teve parceria com o Instituto Ayrton Senna.   |
| Luzerna             | Senai para capacitação e Sistema Positivo, Educação Infantil e formação para professores. Parceria desde 2013.   |
| Marema              | Sistema de Ensino Dom Bosco da Educação Infantil ao 5º ano. Capacitação para professores. Realizam avaliação de diagnóstico no início do ano. Parceria desde 2013.   |
| Monte Castelo       | Parceria de projetos com a Auto Pista Litoral Sul e Sistema Positivo com apostilas para o Ensino Fundamental. Realizam prova hábil e recebem formação e capacitação para os professores. Parceria há 2 anos. |
| Nova Erechim        | UNOCHAPECÓ e UNOESC para formação de professores em 2015.  |
| Nova Itaberaba      | UNOCHAPECÓ para formação de professores para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Parceria desde 2012.  |
| Otacílio Costa      | Polo UAB para formação de professores, SESI para estudantes e SENAC com cursos profissionalizantes e técnicos.   |
| Paial               | UNOCHAPECÓ e UNOESC realizaram parceria para formação em 2014.   |
| Palhoça             | SESC realiza parceria há desde 2014 para o plano municipal de Educação.  |
| Peritiba            | Unigran, parceria de extensão desde 2009.  |
| Ponte Alta do Norte | Sistema Positivo, apostilas, prova hábil e formação para os professores de 1º ao 5º ano. Parceria desde 2011.  |
| Presidente Getúlio  | Sistema Positivo, material apostilado, prova hábil e formação para os professores. Atende os Anos Iniciais. Parceria desde 2015.   |
| Rio das Antas       | Sistema Positivo, material apostilado e formação para professores do 6º ao 9º ano. Parceria desde 2015.  |
| Rio Negrinho        | Sistema Positivo com material didático e formação para professores do 6º ao 9º ano a partir de 2016.   |
| Rio Rufino          | Projeto Crescer Lendo, disponibiliza livros e formação para a Educação Infantil. SESC e Epagri com cursos e oficinas.  |
| Riqueza             | Sistema Positivo com material apostilado e formação de professores do Pré escolar ao 5º ano. Parceria desde 2008.  |
| Salto Veloso        | Sistema Educacional Família Escola - SEFE.   |
| São Bento do Sul    | De acordo com o site da prefeitura, em 2011 o município adquiriu o material apostilado do sistema SEFE, Coleção Caminhos, para os alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental.                              |
| São José            | Sistema Educacional Família Escola - SEFE de Curitiba, material e formação para toda a rede municipal do 1º ao 5º ano. Parceria desde 2014.  |

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas nas entrevistas. (2015)

O mapeamento dos municípios que possuem parceria foi realizado por contato telefônico com os secretários ou coordenadores pedagógicos de todos os 295 municípios de Santa Catarina, contemplando-se um roteiro de questões, o qual se encontra em anexo. Dos 295 municípios que buscamos entrar em contato, 36 municípios informaram

que realizam alguma parceria na Educação pública com a iniciativa privada, seja para projetos, formação de professores, gestão ou adoção de sistemas apostilados de ensino (quadro 1). Além desses 36 municípios, identificamos através de sites<sup>5</sup>, mais oito municípios que realizam parceria com a iniciativa privada, mais precisamente com o Sistema Educacional Família e Escola (SEFE).

Contudo, não podemos afirmar que somente 44 municípios do estado de Santa Catarina realizam esse tipo de parceria, pois além dos municípios que nos informaram realizar parceria, houve os que afirmaram não ter nenhuma parceria e outros que não conseguimos efetivar contato, já que alguns não atendiam, não havia ninguém para passar informação, e também não foi possível acessar a página online de todos os municípios. Acreditamos que esse número possa ser maior, visto que dos 295 municípios, só conseguimos contato e resposta de 92 deles. Assim, no quadro anterior constam somente os municípios cuja parceria foi informada por entrevista via contato telefônico ou por informações retiradas do site dos municípios.

Vimos, no mapeamento, que as parcerias que mais se efetivaram no estado foram com o Sistema Positivo, o qual oferece material apostilado para os estudantes, formação para os professores e avaliação com a prova hábil<sup>6</sup>, e com o Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), que oferece material apostilado da Coleção Caminhos, material para a família, formação para professores, recursos didático, pedagógico e tecnológico e sistema de avaliação.

Nas ligações telefônicas, alguns municípios que participam da Associação dos municípios da região da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS), informaram que em 2015 estava-se estudando a possibilidade de alguma parceria para 2016, mas não informaram com qual instituição ou organização. Buscamos informações na internet e verificamos que a associação firmou parceria no final de 2015 com o Instituto Positivo.

---

<sup>5</sup>Informações sobre a parceria com o SEFE: Disponível em: <<http://www.saobentodosul.sc.gov.br/noticia/9753>>. Acesso em: 07 abril 2016.  
Portal CDR: Disponível em: <http://www.portalcdr.com.br/noticiasDetalhes.php?id=2428>>. Acesso em: 07 abril 2016.

<sup>6</sup>O hábil - Sistema de Avaliação Positivo é destinado à avaliação educacional externa de aprendizagem em larga escala. Visando colaborar com a equipe pedagógica da escola, analisando os resultados de suas políticas, práticas internas e processos de ensino e aprendizagem. Realiza coleta e sistematização de informações a respeito do desempenho dos alunos, sob a proposta baseada em conceitos de competências e habilidades, por meio de testes e questionários contextuais. Disponível em: <<http://www3.editorapositivo.com.br/produtohabile/>>. Acesso em: 21 Jul. 2016.

As informações sobre a parceria que abrange 22 municípios do estado encontram-se no site da associação e também no site do instituto<sup>7</sup>.

Esse levantamento foi fundamental para sabermos quais municípios de Santa Catarina estão contratando apoio privado na Educação, quais são esses programas, e principalmente, nos possibilitou escolher um município para analisar as implicações e mudanças ocorridas em duas escolas a partir de um contrato de gestão com a iniciativa privada.

Para a análise, definimos o município de São José, que realiza parceria com o Sistema Educacional Família e Escola (SEFE), por sua localização e proximidade com a universidade e pelo fato do município adotar parceria com uma empresa com um número relevante de contratos firmados com municípios no estado.

---

<sup>7</sup>Para saber mais sobre essa parceria, acesse o site da GRANFPOLIS, disponível em: <<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codNoticia/342065/codMapaItem/42699>> Acessado em: 05/02/2016, e o site do Instituto Positivo, disponível em: <<http://www.institutopositivo.org.br/pt/projeto/21-arranjos-de-desenvolvimento-da-educacao-ade>> Acessado em: 05/02/2016.

### **3. IMPACTOS DE UM CONTRATO DE GESTÃO NO TERRITÓRIO CURRICULAR DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Neste capítulo apresentamos alguns dados sobre o município definido como lócus para a análise e destacamos as estratégias de ação do Sistema de Ensino Família e Escola (SEFE), desde sua criação, missão e atuação junto às redes públicas de ensino. Analisamos também as alterações e implicações ocorridas nas instituições pesquisadas devido ao contrato de gestão firmado com este sistema de solução educacional.

Dentre os 295 municípios do estado de Santa Catarina, mapeados para a identificação de possíveis parcerias, identificamos o município de São José, o qual realiza parceria com o Sistema Educacional Família e Escola (SEFE). O município faz divisa com Florianópolis, integrando a região da Grande Florianópolis. De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, o município possuía uma população de 232.309 habitantes, dos quais, 63.520 frequentavam creche ou escola, e de acordo com o censo de 2012, as escolas públicas municipais tiveram um total de 11.687 matrículas no Ensino Fundamental.

O município, desde 2014 vem realizando parceria com o Sistema Educacional Família e Escola, o qual fornece material apostilado para os estudantes e formação para os professores, para toda a rede municipal, do 1º ao 5º do Ensino Fundamental. O Sistema SEFE, como informa o próprio site<sup>8</sup>, é uma empresa que atua em diferentes estados do país, desenvolvendo uma proposta nas escolas públicas, que envolve alunos, famílias e escolas.

No município, a Secretaria Municipal de Educação implantou o SEFE nas turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação nas escolas da rede. O lançamento do material nas unidades de ensino se deu em fevereiro de 2014 e a primeira escola a utilizar o kit (conforme descreveremos a seguir) foi a Escola Básica Municipal Vereadora Albertina Krummel Maciel, no bairro Fazenda Santo Antônio, para a turma do 1º ano<sup>9</sup>.

De acordo com o site da prefeitura de São José, o kit escolar foi ofertado para todas as escolas da rede, porém inicialmente a implantação nas salas não foi obrigatória,

---

<sup>8</sup>Para mais informações sobre o sistema SEFE, acesse o site, disponível em: <<http://www.sefesistema.com.br/conheca.php>> acessado em 02 dez. 2015.

<sup>9</sup>Informações retiradas do site: São José adota o Sistema Educacional Família e Escola. Disponível em: <<http://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/sao-jose-adota-o-sistema-educacional-familia-e-escola-na-rede-de-ensino-mu>> Acesso em: 14 Dez. 2015.

ficando a critério dos professores, e logo de início foi adotado por 22 das 23 escolas municipais. Dentre os municípios que adquiriram o SEFE, muitos destacam a busca pela melhoria na qualidade da Educação e enfatizam o trabalho e a relação com a família, o qual também é destacado pelo próprio sistema, de unir a família com a escola.

Após um ano de adoção do sistema, algumas escolas encerraram a parceria, tendo em vista que não era obrigatório manter, porém, ainda há escolas que estão utilizando o kit e todas as ferramentas ofertadas pelo SEFE, assim como a formação para os professores. Embora a resposta a essa questão esteja contemplada na entrevista proposta a secretária de Educação, e não realizada, nossa hipótese, também pautada na fala das entrevistadas, é de que os professores não viram mais significado em manter a parceria, visto que muitos não caracterizam esta como positiva e como não houve elevação de desempenho e resultados, optaram por encerrar a parceria. Algumas escolas que estão com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>10</sup> abaixo da média, de acordo com as entrevistadas, estão sendo “forçadas” pelo município a continuar com o uso do sistema (ou então) a realizarem um projeto anual tendo o compromisso de elevar as notas.

O SEFE atua no país há 20 anos, sendo uma empresa do Paraná, no sul do país. De acordo com o site da instituição, a empresa atua nas redes públicas com uma proposta “inovadora”, a qual envolve a escola, o aluno e a família. O sistema atua na Educação Infantil, no Ensino Fundamental do 1º ao 5º e do 6º ao 9º ano e no Ensino Médio, e seu kit conta com recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos, disponibilizando material apostilado para os alunos, materiais e formação para os professores, material para a família e acessória pedagógica para municípios e escolas parceiras, cuja metodologia se diz interdisciplinar.

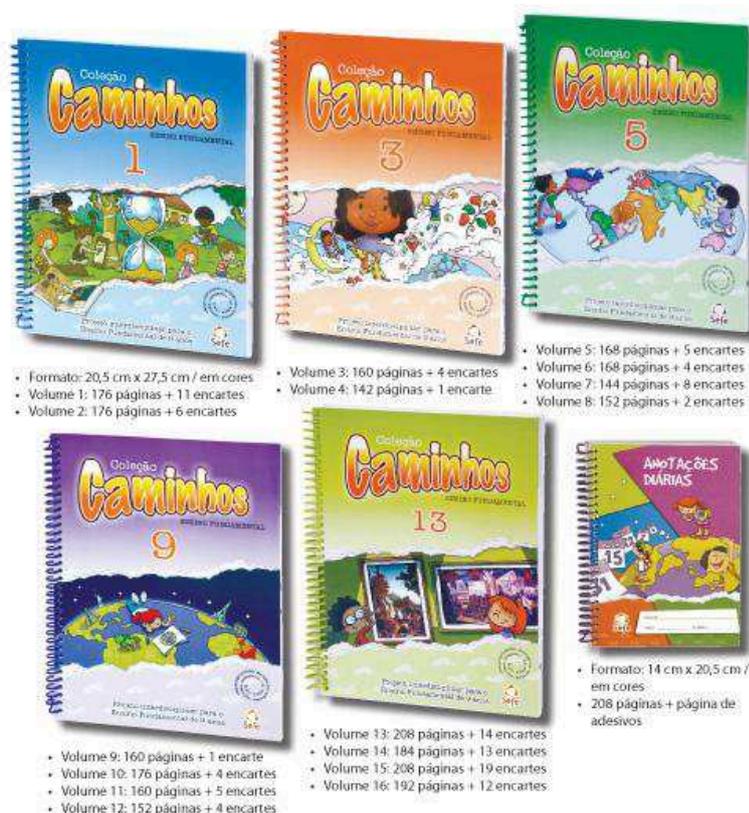
Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a empresa trabalha com as apostilas denominadas Coleção Caminhos, composta por 16 volumes de apostilas com conteúdos descritos como “interdisciplinares”, sendo dois volumes por ano para o 1º e 2º ano e quatro volumes por ano para os alunos do 3º ao 5º ano. Os alunos também recebem um livro-agenda, e os alunos do 1º e 2º ano recebem, ainda, um bloco atividades de casa e atividades de leitura e escrita. Na figura abaixo apresentamos, a

---

<sup>10</sup>O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade da educação, o qual é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>> Acesso em: 20 Jun. 2016.

título de ilustração, alguns volumes de apostilas da Coleção Caminhos e a agenda de anotações diárias dos alunos.

Figura 1: Coleção Caminhos



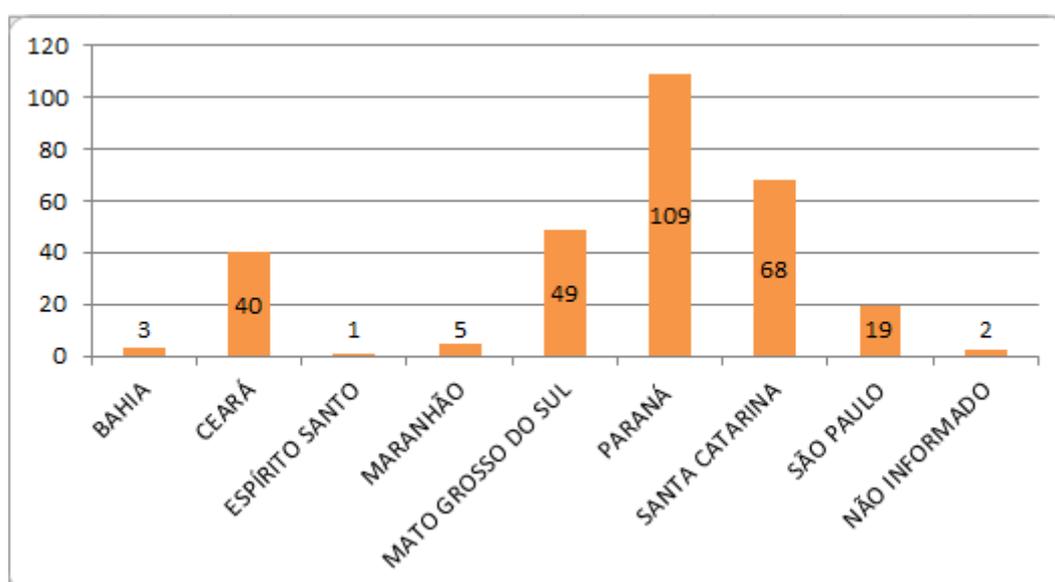
Fonte: Coleção Caminhos. Material do aluno – 1º ao 5º ano. Disponível em: <<http://www.sefesistema.com.br/produtos2.php>> Acesso em: 17 Fev. 2016.

Os professores também recebem material didático apostilado do sistema, que tem como objetivo orientar o trabalho do professor, caderno de registro e material didático de apoio. Os professores também têm acesso a plataforma virtual do SEFE e também há capacitação e encontros de formação com um profissional formador designado pelo sistema, o qual também oferta a opção SEFE/EAD, no qual os profissionais da Educação podem se inscrever nos cursos de formação continuada.

Referente a Tecnologia Educacional, o sistema conta com o Portal Educacional do SEFE, uma ferramenta para auxiliar o professor, cujos os objetivos divulgados são: interagir, formar, informar e integrar. De acordo com site da empresa, o professor tem a sua disposição no portal online, materiais para reflexão, troca de experiências e conhecimento e interação com outros profissionais de todo o país.

A escola parceira do SEFE recebe também um material específico com orientações destinados às famílias, a “Coleção Família e Escola”. A empresa também dispõe de uma equipe especializada que fica à disposição para atendimento das escolas e Secretaria de Educação durante o ano letivo, a qual inclui vistas de acompanhamento, assessoria e soluções educacionais. Ao final do ano letivo, o sistema realiza o evento “Prêmio Ação em Destaque”, no qual os professores apresentam um trabalho desenvolvido ao longo do ano, compartilhando experiências, dos quais alguns são indicados para concorrer ao prêmio de destaque.

Quadro 2: Estados que enviaram trabalhos em 2015 para o Prêmio Ação Destaque



Fonte: Projetos em 2015, disponível em: <<http://sefesistema.com.br/sabereseferes/projetos>> Acesso em: 17 Fev. 2016.

De acordo com o site da instituição, em 2015 foram enviados 296 trabalhos de oito estados do país para o prêmio. Os trabalhos são enviados ao SEFE de acordo com categorias definidas pela empresa. Em 2015 foram definidas nove categorias que abrangem Educação Infantil, Ensino Fundamental, Língua Estrangeira e Gestão, das quais destacamos quatro categorias que correspondem ao Ensino Fundamental, são elas: 1º ao 3º ano – Coleções Caminhos e/ou Caminhos para o Letramento; 4º e 5º anos – Coleção Caminhos; Arte e/ou Educação Física – Coleção Caminhos; 6º ao 9º ano – Coleção Trilhas.

O sistema conta também com um sistema de avaliação, denominado de “Sistema de Avaliação de Desempenho Estudantil – ACORDE”, que de acordo com o site, serve como diagnóstico de aprendizagem e de gestão. Para essa avaliação é necessário haver

um cadastro do município parceiro, da escola e do aluno, e só é possível acessar mediante cadastro de identificação.

Segundo informações obtidas no site do Grupo Opet, em 2015, o SEFE foi incorporado pelo Grupo Educacional Opet<sup>11</sup>, Essa nova incorporação foi destacada também no site Gazeta do Povo<sup>12</sup>, que traz a notícia na página de economia, anunciando expansão e ampliação da participação no mercado e investimento na área educacional. Com a junção, o grupo pretende atender 350 mil alunos no país, ofertando soluções pedagógicas e tecnologias educacionais. Com o SEFE, o Grupo Opet passa a ocupar lugar de destaque nacional entre as empresas que fornecem soluções educacionais.

### 3.1 Caracterização da amostra

No que se refere as escolas pesquisadas em São José, ambas possuem especificidades e características distintas, a primeira escola conheceu o SEFE em uma apresentação da prefeitura, na qual a Secretária de Educação decidiu pela adoção do sistema. A coordenadora pedagógica da escola informou que a escola foi “quase que obrigada” a aceitar a parceria com o SEFE, e que:

Eles deram a liberdade entre aspas, de nós escolhermos a opção pelo SEFE ou mantermos o livro do PNLD, e aí o que aconteceu, a nossa escola tem um índice muito baixo, e aí a gente sentiu que tínhamos que pegar o SEFE, porque as escolas que não adotassem o SEFE, era uma promessa de que a escola aumentaria o índice, teria que da conta.

E nós nos reunimos, [...] conversamos sobre isso né, realmente a apresentação foi fantástica, todas as soluções, e aí acabamos acatando, até porque nós não tínhamos estrutura, a gente sempre recebe professor ACT e tu não tem condições de bancar, ‘Não, esse ano o índice da escola vai subir’, tu não sabe quem vem trabalhar, e as vezes esse professor vem patinando, vem com muito problema, então nós aceitamos até pra não, enfim, não criar uma situação mais difícil pra escola. E foi nessa reunião que a gente teve contato com o material, mas não foi uma opção nossa tá, foi uma iniciativa da secretaria de Educação (Entrevista concedida à autora)<sup>13</sup>

A coordenadora afirma que a parceria foi uma escolha do município, e que só depois foi apresentada à escola. Deste modo ressalta que de início houve uma rejeição

---

<sup>11</sup>Grupo Educacional Opet, informações disponíveis em: <<http://www.editoraopet.com.br/grupo-opet-adquire-o-sistema-educacional-familia-ecola-sefe/>> Acesso: 08. Maio 2016.

<sup>12</sup>Gazeta do Povo: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/em-ritmo-de-expansao-opet-compra-empresa-de-sistema-de-ensino-1190akuq03490qIn7uizj4yqe>> Acesso: 08. Maio 2016.

<sup>13</sup>Está e todas as demais citações que se refere às falas das professoras e coordenadoras pedagógicas, foram retiradas das entrevistas realizadas por Thayse do Carmo Junckes e autorizadas pelas respondentes. (2016)

muito grande por parte dos professores, juntamente com uma preocupação em dar conta de todo o material, o qual é motivo de muitas dúvidas devido a sua organização. Com a aquisição do SEFE, foi realizado, então, uma reunião e palestra para junto com os pais ser apresentado o novo sistema e também para que as famílias assumissem juntamente com os alunos e escola, o compromisso de cuidar do material, que é consumível, e ao final do ano fica para a criança, pois em cada ano letivo é feita uma nova distribuição dos kits. A parceria com o SEFE não foi vista, então, como uma aquisição interessante para a escola e de acordo com a coordenadora, havia a preocupação de se aplicar na escola o que eles passavam nas formações e que “O professor se sentiu um pouco pressionado e nós também né”.

Já a segunda escola iniciou a parceria com o SEFE de forma experimental, juntamente com outras escolas, após a apresentação feita pelo município, porém, completado um ano de adesão, a escola decidiu não continuar a parceria, pois tem média elevada no IDEB e não percebeu avanços com o kit. Destacamos também que a primeira escola pesquisa é pequena, e atende uma população de baixa renda, sendo que muitas das famílias possuem pouca escolaridade, e a segunda escola é estruturalmente grande e está localizada em um bairro central do município, atendendo alunos não só do bairro, mas também da região.

A fala da coordenadora evidencia a nossa hipótese, de que uma grande preocupação das escolas e das secretarias de Educação são as avaliações em larga escala, como o IDEB, que promove avaliações no âmbito nacional a fim de identificar o desempenho das escolas, e ao final calcular uma nota para as escolas e municípios. Muitas das parcerias firmadas entre municípios e iniciativa privada se efetivam pela busca de estratégias, metas e resultados que as secretarias de Educação buscam atingir a fim de elevar esses resultados.

No âmbito destas parcerias, qualidade refere-se a produtividade e eficiência, ou seja, o ideal para amenizar os resultados em avaliações externas, divulgando-se as “melhores” e “piores” notas das instituições e também elencando os municípios que atingem maior e menor índice nas avaliações. (PERONI, 2003) Essas políticas de avaliações em larga escala exercem um controle e um poder muito forte sobre as escolas e municípios, pois estes reorganizam seu trabalho pedagógico e replanejam seu conteúdo de acordo com o que é pedido nas avaliações, passando a contratar sistemas de ensino privados, visto como mais eficientes, com o intuito de elevar os índices e melhorar a imagem das escolas.

Apresentado o SEFE e a parceria firmada com o município de São José, partimos para a análise das entrevistas, a fim de identificarmos implicações ocorridas nas escolas em virtude da parceria com sistema educacional.

### **3.2 Categorias que orientam a análise**

Para analisar as implicações decorrentes do contrato de gestão, definimos utilizar categorias de análise baseadas nos nossos objetivos de pesquisa e nas entrevistas realizadas<sup>14</sup>, deste modo, elencamos quatro categorias, são elas: Material: Conteúdo e forma, Formação, Avaliação e Relação Escola-Família. Ao final destacamos o que julgamos como vantagens e desvantagens da parceria. Essas categorias foram definidas a partir da leitura de projetos e de produções que discutem os contratos de gestão.

Para as entrevistas utilizamos questionários semi-estruturados, a fim de contemplar nossos objetivos e compreender as mudanças e implicações ocorridas nas escolas em virtude da parceria com o SEFE. As entrevistas foram aplicadas em duas escolas, totalizando seis professores e duas pedagogas da orientação educacional, porém dos seis, apenas quatro professores deram devolutiva.

#### **3.2.1 Material: Conteúdo e forma**

O kit do SEFE ofertado nas escolas conta com um conjunto de apostilas denominadas Coleção Caminhos, as quais são distribuídas por ano letivo em semestre para as turmas de primeiro ano e volumes por bimestres para as turmas do segundo ao quinto ano do Ensino Fundamental. Os professores também recebem uma apostila organizada de forma similar a dos alunos, porém esta vem com uma fundamentação e algumas bases teóricas, as quais não chegamos a analisar em virtude do tempo. Acompanha também os blocos de atividades com respostas. As professoras informaram que a letra da apostila é muito pequena, e que cada atividade vem organizada em pequenos espaços e não leva a uma maior discussão do conteúdo ou da atividade em questão, sendo as respostas bem objetivas.

As professoras relataram sobre as dificuldades de se trabalhar com a lógica da apostila, que se apresenta no rodapé da capa de cada volume como um “Projeto interdisciplinar para o ensino fundamental”, e afirmam que esta também é uma

---

<sup>14</sup>Além das entrevistas realizadas, havia sido prevista uma entrevista com a Secretária de Educação do município de São José, porém por dificuldades de agendamento não foi possível realiza-la.

dificuldade apontada pelas crianças em relação ao uso desse material, pois como este traz todos os conteúdos reunidos em uma apostila, e o conteúdo de cada disciplina se altera por páginas, as crianças sentem dificuldade de se localizar nas atividades, principalmente as menores. Outra dificuldade apontada pelas professoras refere-se ao uso dos cadernos, já que cada disciplina tem um caderno, e no livro o conteúdo é misto, as crianças não conseguem se organizar e ter o conteúdo sistematizado para posteriormente estudar uma certa disciplina.

Para a professora A, o livro até dá conta das disciplinas de história e geografia, porém em áreas como língua portuguesa e matemática ele é bastante vago, sendo necessário que o professor busque outros recursos e conteúdos para trabalhar as diferentes áreas. E continua,

Assim, eu quando recebi o material, eu fiquei meu Deus, e agora? São quatro apostilas pra gente da conta num ano, segundo as colegas de trabalho, ninguém consegue dar conta daquele livro, justamente porque cada escola tem seu ritmo. Eu estou trabalhando agora com o livro, mas eu tive que parar porque os alunos precisam saber o que é uma frase, o que é a linha, o que é um parágrafo, o que é uma limitação numa folha que eles não sabem, eles copiam como a gente coloca no quadro, então tudo isso eu to trabalhando com eles, então o SEFE, claro isso não traz no SEFE, mas isso é uma defasagem muito grande que já era pra eles saberem. Como é que eu vou avançar um conteúdo no SEFE se eles não conseguem nem copiar e ter uma organização espacial no caderno, então é complicado, é um material pronto. (Entrevista concedida à autora)

O SEFE que chega às escolas como sinônimo de inovação, acaba por complicar ainda mais o trabalho pedagógico, pois de acordo com a fala da professora, é um material pronto que aborda os conteúdos de uma forma mais geral, e por ser um material igualmente ofertado para todo o país, não reconhece as dificuldades e especificidades das escolas e municípios, ou seja, acaba tornando-se mais uma dificuldade para os professores. Percebe-se também a preocupação com a utilização dos quatro volumes de apostila por ano letivo, pois se em alguns momentos as professoras afirmam não utilizarem os quatro volumes, em outros demonstram a preocupação em deixar alguns para trás.

Freiras ressalta que,

Foi criado o conceito de equidade, entendido como a responsabilidade de a escola ter que ensinar qualquer aluno, independentemente de seu

nível socioeconômico. Dessa forma, descontado o nível socioeconômico, o que restava era percebido como sendo de responsabilidade da escola e de seus recursos pedagógicos. Bastava treinar (ou credenciar) os professores, mandar livros didáticos, criar parâmetros curriculares, eliminar os tempos fixos como nos ciclos ou na progressão continuada e, sobretudo, inserir avaliação externa. Este tem sido o cotidiano dos sistemas educativos sob o impacto das políticas públicas mais recentes. (Freitas 2004. p 147)

Associamos esse trecho de Freitas com a realidade encontrada nas escolas com as parcerias firmadas com a iniciativa privada, nesse caso com o SEFE. Os professores recebem uma formação e um material único, padronizado e pronto para aplicar com os alunos, mas sem considerar as especificidades, as necessidades e dificuldades de cada um e, além disso, são submetidos à avaliações externas. Nesse sentido pensamos: Estar na escola para que? Por quê? Aprender o quê? Para inserir-se ao mercado de trabalho? E a finalidade da educação? As empresas preocupam-se basicamente em vender seus produtos e treinar os professores, e nesse sentido, qualidade educacional restringe-se a atingir as metas estipuladas nas avaliações externas e assim divulgar ainda mais os produtos e ações da iniciativa privada.

Além disso, o sistema divulga seu material didático como interdisciplinar. Alguns professores em suas falas destacam isso, porém a professora C, aponta a dificuldade em se trabalhar com esse material, pois,

[...] o livro não traz uma sequencia pra gente, o livro não traz uma sequencia, ele vai e volta, ele vai e volta, e isso ai ta no livro do professor, né, linguagem, leitura de linguagem, né, então você vê que começa na página 8, depois você vai pra 39, depois você volta pra 5, e por ai vai assim. Eu acho assim, um pouquinho difícil ensinar aquilo ali, sabe, porque é bom dar uma continuidade. O livro didático tem essa sequência, lógico que aqui o SEFE trabalha com todos os conteúdos, interdisciplinar entre aspas, ta tudo aqui ó, história, história tá, ai depois vem língua portuguesa né, tem algumas aqui, história e geografia junto. (Entrevista concedida à autora)

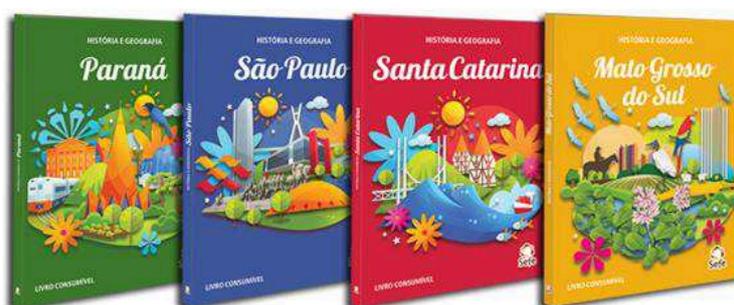
É um material que organiza em uma única apostila todas as disciplinas, de modo que as atividades referentes a cada área do conhecimento encontram-se misturadas ao longo das páginas. Observamos que em algumas atividades, como a de um poema que apresentava datas, que na proposta da atividade busca-se misturar interpretação de texto, de português, com matemática, porém não há um aprofundamento de conceitos, a matemática entra na atividade pelo fato de no poema ter aparecido alguns números, não há uma interação entre as áreas do conhecimento, e sim um agrupamento de conteúdos

sem interação, o livro também aborda as diferentes áreas do conhecimento ao longo das páginas, sendo uma português, outra história, volta pro português, e assim por diante, ou seja, se diz interdisciplinar pela organização dos conteúdos ao longo das páginas, portanto, em momento algum caracterizamos o material como interdisciplinar<sup>15</sup>.

Outra questão destacada pelas professoras é sobre a regionalidade, pois como o livro é produzido no Paraná, ele não aborda as características e especificidades do estado de Santa Catarina, não traz nada sobre a colonização, imigração e povos indígenas. A LDB define no Art. 26, que o currículo do Ensino Fundamental deve ter base nacional comum, porém, “[...] a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”. (BRASIL, 1996). Como o livro do SEFE não dava conta das questões regionais, as professoras pediram o livro do SEFE de história de Santa Catarina, que de acordo com a professora A,

É um livro muito bom, tem um livro voltado pra esse, na verdade assim, tem ciências, tem história, tem geografia, voltado, mas também o que acontece, eu queria trabalhar com a minha turma porque eu achei maravilhoso o livro, mas eu só tenho um livro, porque veio só no começo, então não tem mais, então também o que que adianta eu ter um livro, e o atrativo é ter o livro colorido, porque ai tem as paisagens, né, os tipos de solo, e ai por diante [...].(Entrevista concedida à autora)

FIGURA 2: Livros regionais



Formato: 20,5cm x 27,5cm / em cores  
Paraná: 160 páginas  
São Paulo: 188 páginas  
Santa Catarina: 144 páginas  
Mato Grosso do Sul: 152 páginas

<sup>15</sup>Não aprofundaremos aqui a questão da interdisciplinaridade, porém destacamos que no dicionário, a palavra **interdisciplinar**, ligada a área pedagógica, refere-se a quando duas ou mais disciplinas relacionam seus conteúdos para aprofundar o conhecimento e levar dinâmica ao ensino. É uma relação entre os conteúdos disciplinares, em que uma matéria auxilia a outra. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/interdisciplinar/>> Acesso em: 29 Jun. 2016.

Fonte: Valorização Regional - Livros regionais de História e Geografia. Disponível em: <<http://sefesistema.com.br/produtos6.php>>. Acesso em: 17 Fev. 2016.

Porém os livros de variações regionais do SEFE são vendidos apenas como produto adicional, não fazendo parte do kit “comum”, com um custo a mais de 54,00 reais por aluno, além do valor das apostilas da Coleção Caminhos, a ser pago pelo município, caso este deseje adquirir mais esse material para as escolas.

Não consideramos positivo um material que determina os conteúdos e atividades a serem trabalhados, que reduz e até oculta a autonomia a criticidade e a criatividade dos professores. O material apostilado do sistema tende a reestruturar o trabalho pedagógico dos professores, pois os mesmos, a partir da entrada do SEFE na instituição, se viram pressionados a incorporar aos seus planejamentos os materiais didáticos, os recursos e ações advindos do novo sistema. Além dos materiais e recursos, os professores ainda precisam participar das formações organizadas pelo próprio sistema.

### **3.2.2 Formação**

Com a adoção do kit do SEFE, os professores passam a receber cursos de formação ou capacitação, ministrados por formadoras da própria empresa. De acordo com as professoras entrevistadas, essas formações se resumem em cursos de capacitação para o uso do material didático, Coleção Caminhos, e outros materiais e recursos didáticos disponibilizados pelo SEFE.

No início da parceria as formações ocorriam duas vezes por mês, sendo organizadas em um intervalo de quinze dias e atualmente ocorre uma vez a cada mês. As formações ocorrem ao longo do ano no espaço Casa do Educador, localizada no bairro Praia Comprida em São José.

As professoras relataram que nas formações se trabalha bastante com o material apostilado do SEFE, e que em alguns encontros é pedido para que elas levem o material didático do professor. Nas formações é discutido sobre como as professoras estão desenvolvendo as atividades propostas, se utilizam outros recursos, e qual volume da coleção estão utilizando, visto que a partir das turmas do segundo ano do Ensino Fundamental, são quatro volumes por ano. A professora A, afirma que a formação do SEFE não atende as reais necessidades dos professores em sala de aula, segundo ela, nas formações,

[...] eles ensinam a gente a usar o material, tanto o material como aulas práticas. Assim, a fazer uma atividade voltada pra aquele conteúdo, ou ta formando, como é que eu vou te dizer, ta

formando materiais, construção de materiais, porque a formadora ela traz muita coisa pronta, ela nos falou até que chegou a comprar máquina de encadernar, que ela faz tudo encadernado, tudo lindo, tipo, ela faz um joguinho ela já plastifica e faz tudo aquilo, mas só que pra gente professor é difícil, ela é formadora, é diferente da gente que ta na sala de aula, é outra realidade. E assim, a gente também não tem recurso na escola pra ta fazendo isso, [...], a gente fez algumas coisas adaptadas, não é a mesma coisa como o que ela trouxe. (Entrevista concedida à autora)

São formações voltadas para os materiais, o trabalho com as apostilas do SEFE e também produções de materiais para trabalhar os conteúdos abordados nos volumes, porém, como é destacado pela professora A, na escola não há recursos disponíveis para a criação de materiais, e o SEFE não disponibiliza outros recursos além do kit. A professora B também relata que as formações são voltadas para o livro,

É uma formação mais voltada pro livro, desenvolver atividades do livro. E assim, tem algumas técnicas que a gente conhece, mas passa despercebido, e eles lá, eles resgatam e a gente vê que dentro daquela proposta, da proposta deles faz sentido, então acaba sendo uma boa formação. Do SEFE né, porque a prefeitura também tem outras formações que são uma porcaria. (Entrevista concedida à autora)

Apesar de a formação ser muito voltada para o uso do material apostilado do SEFE, as professoras destacam que são boas formações, pois ensinam como trabalhar com esse material, e ressaltam que sem a formação, trabalhar o material seria algo ainda mais complicado. A professora B destaca ainda que as formadoras “[...] são profissionais que entendem muito do livro e de sala de aula, então acaba sendo uma formação boa, é o que salva o livro”, ou seja, consideram a formação boa, por auxiliar no trabalho com o livro.

As professoras em suas falas caracterizam as formações do SEFE como boas, devido as precárias formações fornecidas pelo município. Nas falas dessas professoras, vimos como essa parceria gera implicações no trabalho docente, e que as formações são necessárias para possibilitar o trabalho com o novo material, o qual precisam dar conta, e consideram as técnicas como algo positivo.

Caracterizamos essa formação, ou melhor dizendo, capacitação como uma forma de controle e vigilância para com os professores, que serve muito mais para saber se os professores estão utilizando os materiais do SEFE do que realmente ser uma formação. Como muitos professores levaram para os encontros a dificuldade de se utilizar os

materiais, devido a organização das páginas e maneira como os conteúdos são abordados, a empresa capacita os professores para usar o material de acordo com os objetivos da empresa. Com o material apostilado muito fechado e com a formação, que busca fazer com que o professor trabalhe aquele unicamente aquele material, os professores vão perdendo sua autonomia e tornando-se meros executores de conteúdos. Com a fala das professoras vimos que as formações são voltadas para a utilização dos materiais do SEFE, uma formação que visa garantir que os professores continuem utilizando o kit da empresa.

### **3.2.3 Avaliação**

O SEFE tem o Sistema de Avaliação de Desempenho Estudantil – ACORDE, um instrumento de diagnóstico da aprendizagem e de gestão da qualidade educacional. No site, a avaliação encontra-se na aba de “Produtos Adicionais”, na qual há uma apresentação da avaliação do sistema, como ela ocorre, e também uma plataforma sobre a avaliação, porém o acesso se dá mediante cadastro. O site disponibiliza também um tutorial de registro dentro do Sistema de Avaliação de Desempenho Estudantil. Nesse tutorial é possível perceber que para se ter acesso as informações de avaliação, é preciso ter usuário de acesso e senha, depois cadastro do município, da escola, da turma e por fim do aluno. Nesse cadastro cria-se uma ficha de cada aluno que realizara avaliação.

A avaliação proposta utiliza procedimentos metodológicos formais e científicos para coletar e sistematizar dados e produzir informações sobre o desempenho dos alunos, nas disciplinas de Português e Matemática, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Para avaliar o desempenho educacional dos alunos nessas duas disciplinas, são estruturadas avaliações com questões de múltipla escolha e de resposta construída pelos alunos, conforme especificação das competências e habilidades das matrizes de referência curricular do INEP/MEC.

A avaliação é feita mediante aplicação de um caderno de avaliação no início e/ou final de cada ano, tendo como ferramentas o site, que permite a realização da inscrição dos alunos e das escolas para a avaliação e a emissão de Relatórios Automáticos (tabelas e gráficos) e Parecer Descritivo Analítico da Avaliação por área, descritor, turma, ano, escola e rede de ensino. O site ainda aborda que com o produto de avaliação, é possível

ter uma análise quali e quantitativa do desempenho educacional, fazer um direcionamento da formação continuada e adotar ações pontuais<sup>16</sup>.

Como a avaliação não faz parte do kit educacional, mas sim um produto adicional ofertado, os professores informaram não saber sobre uma avaliação do SEFE e que nunca receberam caderno de avaliação, e nem possuem acesso a plataforma de avaliação, pois não conseguem acessar o Portal Educacional. Nota-se portanto uma grande distância entre o anunciado e o efetivamente realizado.

### **3.2.4 Relação Escola-Família**

Um diferencial nos projetos e materiais do SEFE é a ação e o envolvimento para a escola e a família. Para esse envolvimento o SEFE faz uso do seu produto chamado “Coleção Família & Escola”, composto por quatro volumes de apostilas destinados as famílias das crianças de 1º ao 5º ano. O SEFE destaca que seu material destinado para as famílias,

Aborda, por meio de uma linguagem agradável e de fácil compreensão, assuntos como afetividade, aspectos do desenvolvimento infantil, limites, autoestima, relação com a mídia, direitos e deveres, sexualidade, prevenção ao uso de drogas, entre outros. Por meio de uma leitura dinâmica leva a refletir sobre a educação dos filhos, orienta os pais e familiares e transmite conceitos imprescindíveis para uma educação de princípios e valores que se transformam em excelentes resultados de desempenho escolar. (SEFE - Produtos - Família e Escola em Parceria, 2005. Disponível em: <<http://sefesistema.com.br/produtos4.php>> Acesso em: 14 mar. 2016).

Toda essa ação destacada pelo SEFE, não acontece na realidade de algumas escolas. A coordenadora pedagógica A informa que esse material muitas vezes nem chega até os pais, pois o SEFE encaminha para a escola, e esta fica responsável por entregar às famílias, porém destaca que,

No primeiro ano em 2014 nós convidamos os pais pra uma reunião pra explicar a proposta de trabalho do material, mas vem, sempre vem muito pouca, vem pouca gente e vem os pais dos alunos que tem as melhores notas né, que tem melhor desempenho na verdade. Quem tem desempenho bom ai geralmente o pai vem, ai os outros a gente chama e nem pra atender assuntos relacionados aos filhos, é bem complicado.

---

<sup>16</sup>Informações retiradas do site do SEFE – Produtos – Propostas adicionais. Disponível em: <<http://sefesistema.com.br/produtos6.php>> Acesso em: 23 Jun. 2016.

[...] tem o material que é da família, tem um encarte que é só da família, na verdade uma brochura assim, vai pra casa do aluno e a gente envia né, a ideia era enviar no dia da reunião de pais. Geralmente a gente faz pedagógica e depois reunião de pais junto, mas não vieram todos, vieram bem poucos pais e daí acabamos não entregando, esse ano tá aqui ainda. (Entrevista concedida à autora)

Vimos que essa relação proposta pelo SEFE é muito superficial, pois é apenas desenvolvido o material, não é feita nenhuma outra ação de efeito, e a escola continua com dificuldades em estabelecer contato e relação com as famílias. A coordenadora pedagógica B acrescenta que,

A escola é o único espaço que eles (alunos) têm contato com a escrita, a maioria deles, 90% deles, digamos assim, até mais. A escrita é na escola, a cultura do letrado é na escola [...]. Então, não tem uma família que acompanhe, que olha, que tem cuidado com a vida escolar da criança, sabe, se matricula na escola porque se não o conselho tutelar cobra, é obrigatório, então isso reflete também na aprendizagem da criança, a maioria das nossas famílias a gente quer fazer contato por telefone, a gente não consegue, porque os números de telefone que eles colocam ali na ficha de matrícula eles não existem, ou da caixa de mensagem, eles trocam o número, sabe, e aí, não tem, tu manda recado eles não vem, tu vai na casa as vezes tu não encontra, é uma dificuldade trazer os pais pra escola, é muito difícil. (Entrevista concedida à autora)

É uma relação complicada, pois de acordo com as professoras, a maioria das famílias não participam das ações desenvolvidas pela escola, nem de reunião nem da festa da família na escola. A professora A destacou que muitas crianças têm dificuldades em sala, e em casa não recebem apoio da família por diversos motivos, então o único apoio é da escola. A professora C também destaca essa questão e ressalta que “o aprendizado aqui é só escola, é só a escola, é na escola, não pode contar com a família”.

### **3.2.5 Vantagens e desvantagens da parceria**

Todas as professoras apontaram a organização das apostilas como algo negativo, pois como elas mesmas disseram, o vai e vem dos conteúdos ao longo das páginas atrapalham o trabalho e deixavam as crianças perdidas. De acordo com as respondentes, o que salva o kit do SEFE são as formações, as quais ensinam a utilizar as apostilas, a desenvolver algumas atividades e materiais.

A coordenadora pedagógica A, afirma que há muita queixa referente ao material, e inclusive que uma consultora do SEFE esteve na escola no início do ano de 2015 para ouvir as queixas e sugestões. De acordo com ela, a consultora fez

[...] várias anotações e ele (o material) ia ser reeditado, mas eu não sei se essa, esse, na verdade estamos trabalhando com o mesmo, desde 2014 com o mesmo. Se houve uma reedição nós não recebemos. Elas visitaram todas as escolas, eu recebi elas, eu trabalho em duas escolas e eu recebi elas nas duas. (Entrevista concedida à autora)

A professora B destacou que outro ponto negativo foi a cobrança inicial em relação ao uso da apostila, de que as formadoras inicialmente queriam que os professores atingissem os quatro volumes ao longo de cada ano letivo. A professora conta ainda que “no começo, no primeiro ano eu até tentei, pra chegar no segundo eu tenho que acelerar o primeiro, aí eu vi que não, meu Deus, até eu tava ficando perdida, não, vou parar com isso, e aí a gente comentou isso lá no curso”. Como a reclamação em relação ao uso dos quatro volumes foi feita por uma significativa parcela de professores, inclusive de outras escolas, pois não conseguiam dar conta de todo o material, a professora conta que em um encontro de formação, a formadora estipulou outra meta.

Eles nos deram aí uma meta de oito páginas por dia (risos) tinha essa meta, coisa louca, assim, não tu tens que dar, aí a criança não precisava entender então? Tem página que elas vão entender numa boa, mas tem aquela outra que tens que discutir tens que pesquisar, daí ficou uma coisa muito vazia, aí agente assim, não a gente não vai conseguir chegar no quarto, aí com muito custo chegamos no segundo e não conseguimos passar disso. Então assim, é um desperdício de dinheiro também né, porque daí ficam dois livros sobrando. (Entrevista concedida à autora)

As professoras falaram que no início havia por parte do SEFE essa cobrança expressa por atingir todos os volumes, porém como nas formações os professores sempre ressaltavam não ser possível, pois desse modo as crianças não compreendiam, acabou não sendo mais exigido, mas ressaltam que as formadoras sempre questionam como está o andamento das atividades e o uso das apostilas. Cabe a pergunta, acelerando-se o conteúdo para atingir os quatro volumes construímos um ensino de qualidade, ou de quantidade? Com as falas das professoras fica evidente que no caso do SEFE a quantidade fala mais alto.

Nas entrevistas foi destacado também, que além de tentar controlar o uso das apostilas da Coleção Caminhos, buscando nas formações elencar metas e realizando atividades e materiais, de modo a “convencer” que os professores utilizem e sigam os conteúdos do SEFE, os quais vêm organizados nas apostilas, de modo a ser o SEFE quem elenca os conteúdos a serem trabalhados do início ao final do ano, a empresa também utiliza outra forma de controle do trabalho pedagógico, o qual ocorre por meio da premiação, em que os professores apresentam suas experiências e projeto(s) desenvolvidos ao longo do ano com o kit e ações do SEFE.

Essa premiação acontece ao final de cada ano letivo. De acordo com a professora C, nas formações os professores são orientados a participar, pois além de apresentar seus projetos, poderão conhecer projetos realizados por outros professores e outras escolas parceiras, porém destacamos que é também um modo do SEFE ver o que os professores estão desenvolvendo ao longo de cada ano, como estão utilizando as propostas do material, e caso seja necessário, rever suas formações, de modo a redirecionar o trabalho dos professores.

Ao questionar sobre o planejamento, as professoras falaram possuir um planejamento de trabalho, porém em algumas falas percebe-se que o planejamento é estruturado de acordo com o material do SEFE, e que utilizam outros livros ou recursos apenas quando uma atividade do material não dá conta. A professora A destaca que quando chegou à escola, foi informada sobre o trabalho com o material do SEFE, e destaca o que sentiu: “Comecei a trabalhar o livro do SEFE, mas com aquela coisa meio presa porque eu sentia necessidade de fazer meu registro, de fazer um planejamento, de ver o que ta acontecendo, e não tinha”. Ou seja, o material do SEFE acaba tornando-se o planejamento do professor, pois mesmo que o professor perceba a necessidade de ter seus registros e planejamento, ambos acabam ficando de lado, pois há uma preocupação em seguir o material e dar conta de todos os volumes da coleção.

Referente ao material, a professora C afirma que “a formação ela contribui, mas o material, se tu ficar só nele, ele vai limitando. [...] Então o material por si só não dá conta. [...] eu pego aluno no quarto ano que não ta alfabetizando, então eu tenho que alfabetizar e dar conta do material”. O professor fica refém do tempo, pois busca dar conta do material ao longo do ano, e da Coleção Caminhos, que muitas vezes mais do que material didático, torna-se também planejamento e guia do professor e o conteúdo fica restrito aos assuntos abordados na apostila. Em geral, percebe-se que o uso do material representa, de certa forma, a morte da criatividade na ação docente.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação da iniciativa privada nas redes públicas de ensino no país vem crescendo fortemente nos últimos anos. Esse fenômeno começou a ganhar força na década de 1990, com a reestruturação do Estado, quando este passou parte de suas responsabilidades para a sociedade civil. No Brasil essa responsabilização, na área da educação ocorreu principalmente no âmbito das políticas sociais, tendo seu auge com as políticas de descentralização do ensino fundamental, em que se passou a responsabilidade aos municípios de criar e organizar seus sistemas de ensino.

Nesse contexto, São José foi um dos municípios do estado de Santa Catarina que passou a adotar parceria com a iniciativa privada, no caso com o SEFE, logo no início do ano letivo de 2014. A adoção da parceria ficou inicialmente a critério das escolas, sendo que na época apenas uma escola da rede não aderiu ao sistema. Três anos se passaram, e de acordo com informações das entrevistadas, várias escolas finalizaram a parceria com a empresa, restando apenas algumas que optaram por ainda continuar e outras, como é o caso de uma das escolas pesquisadas, que foram induzidas a continuar a parceria em razão das notas no IDEB, pois o município acredita que com o sistema e seu kit, é possível elevar essas notas. Não foi possível no âmbito dessa pesquisa levantar o número de escolas que encerraram as parcerias e quantas ainda mantém, porém as entrevistadas afirmam que são poucas escolas que continuam com o SEFE, pois grande parte dos professores e escolas não consideravam positiva a parceria firmada pelo município.

A adoção do SEFE e seu kit traz efetivas mudanças não só para a secretária de Educação do município, mas principalmente para a escola e para o trabalho docente. Com o sistema, acaba-se padronizando o ensino no município, pois todas as escolas parcerias seguirão um mesmo material, metodologia de trabalho, formação e assessoramento. Nas escolas o sistema se insere com seus materiais e planos de ações prontos, sem muitas vezes verificar o trabalho que estava em andamento em cada escola e os livros do MEC geralmente são substituídos pelas apostilas, as quais abordam as diversas disciplinas ao longo das páginas de cada apostila, sendo que são quatro volumes destas por ano. Além disso, é enviada para a escola com certa periodicidade, um profissional para dar assessoria pedagógica, e os professores que antes iam nas formações organizadas pela secretária de Educação, passam a frequentar também as formações do sistema SEFE, as quais acontecem com maior frequência, e que

basicamente discutem o seu material, como utiliza-lo e desenvolvem algumas atividades possíveis.

Referente à Coleção Caminhos, entendemos que este recurso/material apresenta-se como um instrumento de controle, de padronização do ensino e até mesmo como uma forma de substituição e/ou redução do currículo, pois este tende a controlar a prática do professor, tendo em vista que o mesmo não precisaria mais planejar suas aulas. Nas apostilas estão contemplados os conteúdos a serem trabalhados, sendo que para as turmas do primeiro ano é ofertado uma apostila por semestre, e nas turmas do segundo ao quinto ano uma apostila por bimestre, sendo que o professor é orientado a seguir as apostilas na sequência proposta. Além disso, na apostila do professor vem a concepção de criança, infância, ensino, entre outras, que a própria empresa define, deste modo, todas as escolas da rede que são parcerias do SEFE, tendem a ter o trabalho pedagógico normatizado<sup>17</sup> e definido pela empresa. As próprias professoras entrevistadas afirmam que nas formações do SEFE, há um controle e até treinamento para que o kit seja usado e seguido corretamente, dando sequência as atividades a fim de completar todos os volumes ao longo de cada ano.

Caracterizamos as formações da empresa como uma forma de controle, que serve tanto para saber se os professores estão utilizando o kit, se usam de acordo com o estabelecido pela empresa, como para controlar o desenvolvimento das propostas do material, se os professores estão seguindo as atividades e páginas de cada volume, e também como treinamento, já que alguns professores relatam nas formações não conseguir atingir todos os volumes estipulados por ano letivo e suas dificuldades em trabalhar com a lógica do material.

O material do SEFE juntamente com sua formação tem como intuito, a normatização do trabalho pedagógico, visto que no material contém atividades prontas, com recursos definidos, como cartazes e blocos de atividades, e conta também com o material do professor, o qual direciona o trabalho docente, de modo a fazer com que este trabalhe apenas com o material do SEFE e o conteúdo nele abordado.

---

<sup>17</sup>Entendemos aqui o verbo normatizar como o que "regular através de uma norma", ou seja estabelece-se norma ou padrão para algo. Padronizar, normatizar. Normatizar, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/normatizar>>. Acesso em: 06 Jul. 2016.

A empresa, então, disponibiliza para os professores um material todo pronto, deste modo, considera que os mesmos não precisam planejar suas aulas, sendo necessário apenas seguir as apostilas e seus volumes, por isso a cobrança feita pela empresa nas formações, para que os professores atinjam todos os volumes por ano letivo. Deste modo, podemos interpretar que para o SEFE não é necessário tamanho investimento na formação do professor, sendo necessário apenas um profissional apito para aplicar o material, pois como os conteúdos já vêm prontos, o professor não precisaria fazer uma reflexão mais crítica sobre a Educação, apenas executar a tarefa de aplicar o kit do sistema. Nas entrevistas com as professoras da escola “1”, que ainda mantém a parceria com o SEFE, foi destacado também que apesar de utilizarem o material do SEFE, as escolas recebem os livros do PNLD, e que esses na maioria das vezes são usados para alguma eventual consulta referente aos conteúdos, mas que não são trabalhados.

Referente ao planejamento, as professoras afirmam que o SEFE não modifica nem define o planejamento escolar, mas aos poucos suas falas evidenciam a limitação de planejar tendo o material do sistema. Percebe-se como elas ficam limitadas e aprisionadas ao material, mesmo afirmando que na escola elas não seguem a obrigação de usar os quatro volumes, em outros momentos da conversa evidenciam o contrário, que buscam atingir o máximo possível das apostilas, sendo que poucas vezes chegaram ao volume quatro, que em geral conseguem chegar até o volume três ao final do ano letivo.

A adoção desses sistemas privados para elevar índices e atingir metas em avaliações externas é uma forma de controle e imposição de poder, pois se a escola não quer aceitar esse sistema, ela então precisaria dar conta de elevar os índices, apesar dos poucos recursos e das poucas condições que possui. De um modo geral, as escolas e os professores atualmente têm ficado responsáveis por diversas questões que perpassam os muros das escolas, e o trabalho pedagógico torna-se muito complicado, o professor corre atrás de material para realizar determinada atividade, e a secretaria de Educação disponibiliza apenas certos recursos e materiais, o professor resolve situações que vão muito além do ensino, então como esse professor e essa escola vão assumir sozinhos o compromisso de elevar os índices, se esses já buscam resolver inúmeras outras questões, tais como, a falta de recursos, os problemas de evasão e de faltas, a ausência de participação da família na escola, entre outras questões. Então reconhecemos como

torna-se complicado a escola e os professores assumirem certas responsabilidades, como no caso a elevação dos resultados nas avaliações externas.

Outro ponto a ser destacado referente aos índices e avaliações, é a competição que estas estimulam. O próprio SEFE quando cria um instrumento de premiação anual de ações e atividades ditas inovadoras, realizadas pelos professores, está gerando uma competição entre professores e escolas. Com o sistema ocorre também outra competição, dessa vez devido ao IDEB, já que algumas escolas continuam com o sistema devido as baixas notas nas avaliações.

A partir das falas das professoras destacamos que a adoção do SEFE para melhorar a qualidade da Educação e elevar os índices não foi eficiente. As professoras relataram que não houve avanços de aprendizagem nem elevação de notas com a aquisição do SEFE. Afirmam ainda que o material é ineficiente, e que muitas vezes recorrem aos livros do MEC e a outros recursos para trabalharem certos conteúdos.

Com o SEFE nos sistemas públicos de ensino, há também a preocupação em relação ao trabalho pedagógico e autonomia do professor, pois o trabalho pedagógico sofre alterações, e o planejamento do professor é modificado, a fim de englobar o kit do sistema e seus objetivos. Desta maneira, o professor vai perdendo sua autonomia de planejar e organizar sua prática pedagógica, pois o material do SEFE já organiza as atividades e tem uma sequencia de conteúdos a serem trabalhados. Perdendo a autonomia do planejamento escolar, perde-se também a participação da família nas propostas e no Projeto Político Pedagógico da escola, os quais por sua vez são assegurados pela LDBEN/96. São tantas as implicações decorrentes de parcerias como a do SEFE, que precisamos sempre refletir sobre a função da escola, a importância do ensino e a qualidade da Educação, pois a escola não pode focar seu trabalho apenas para atender a lógica das empresas e as competições geradas pelas avaliações externas. Algumas professoras falaram ainda sobre não quererem mais utilizar o material, pois esse não atende todas as demandas da escola, e que acreditam que esse será o último ano de parceria, uma vez que as escolas que ainda utilizam o SEFE não estão satisfeitas.

Com o trabalho *Mapeamento da produção acerca da inserção de organizações não-estatais e privadas em políticas curriculares nos sistemas públicos de Ensino*, realizado no projeto de IC e com o mapeamento e pesquisas realizadas neste Trabalho de Conclusão de Curso, pudemos perceber como a iniciativa privada vem se inserindo nas redes públicas de ensino no país, e quais são suas estratégias de atuação. Vimos que

há inúmeras parcerias, desde adoção de materiais apostilados, formação de professores, até contratos de gestão ligados diretamente a organização curricular das instituições.

Pudemos perceber também que grande parte desses projetos desenvolvidos para atuar junto a rede pública de ensino, baseiam-se em índices de repetência, evasão e resultados em avaliações externas, assim as empresas buscam destacar em seus projetos, propostas de correção de fluxo e distorção de idade/série e principalmente propostas e ações que visam atingir metas e elevar o índice das escolas. Ressaltamos que empresas como o SEFE destacam diversas estratégias e formas de atuação para com a Educação pública, porém, mais do que desenvolver ações no meio educacional, visam lucros e ampliação do mercado, com a venda de seus kits, formação para professores e assessoria pedagógica.

A elaboração desse trabalho, juntamente com a pesquisa de iniciação científica, revelam que há significativa produção acerca da temática, o que torna a discussão relevante e atual para o campo da educação em geral e do currículo em particular. Com esse trabalho buscamos contribuir com o debate e reflexão acerca da inserção da iniciativa privada nos sistemas públicos de ensino e suas implicações para o trabalho docente.

Este trabalho tem seus limites por ser um primeiro exercício de pesquisa, e também em virtude do tempo, que limita bastante as possibilidades de um maior aprofundamento da pesquisa, da coleta de dados e das entrevistas, podendo se desdobrar em outras investigações posteriormente.

## 5 REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0930108.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

ARELARO, Lisete. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política?. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n.100, p. 899-919, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1328100.pdf>>. Acesso em: 7 Jun. 2016.

AKKARI, A.; POMPEU, Camila; COSTA, A. S. F.; MESQUIDA, P. **Construção histórica de um sistema dual de ensino e indefinição de fronteiras das redes pública e privada no Brasil**. Revista Diálogo Educacional (PUCPR. Impresso), v. 11, p. 471-496, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394/96. Brasília: 1996.

Dicionário online. Normatizar, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/normatizar>>. Acesso em: 06 Jul. 2016

Dicionário online. Significado da palavra interdisciplinar. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/interdisciplinar/>> Acesso em: 29 Jun. 2016

FREITAS, Luiz Carlos de. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. *Educ. Soc.* [online]. 2004, vol.25, n.86, pp.131-170. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000100008>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000100008&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 05 Jul. 2016.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação, *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

GALVANIN, Beatriz. Reforma do Sistema Educacional dos anos 90: breves considerações sobre os aspectos históricos, econômicos e políticos. *Hórus - Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas*, Ourinhos/SP, v. 3, p. 01-14, 2005.

Gazeta do Povo: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/em-ritmo-de-expansao-opet-compra-empresa-de-sistema-de-ensino-1190akuq03490qln7uizj4yqe>> Acesso: 08. Maio 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANFPOLIS Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis. Disponível em: <http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codNoticia/342065/codMapaItem/42699> Acessado em: 05 Fev.2016.

HÁBILE - Sistema de Avaliação Positivo. Disponível em: <<http://www3.editorapositivo.com.br/produtohabile/>>. Acesso em: 21 Jul. 2016.

IBGE Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=42>>. Acesso em: 05 Ago. 2015.

IBGE. Cidades de Santa Catarina. São José. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421660&search=santa-catarinalsaos-joselinfograficos:-informacoes-completas>> Acesso em: 03 Dez. 2015.

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642\\_840.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf)>. Acessado em 27 maio. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

OPET - Grupo Educacional Opet. Disponível em: <<http://www.editoraopet.com.br/grupo-opet-adquire-o-sistema-educacional-familia-ecola-sefe/>> Acesso: 08. Maio 2016.

PERONI, V.M.V. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. *Eccos. Revista Científica*, v. 8, p. 111-132, 2006.

PERONI, V.M.V.; OLIVEIRA, R.T.C.; FERNANDES, M.D.E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PERONI, Vera. Redefinições no papel do Estado: Parcerias público/privadas e a gestão da Educação. Texto apresentado no Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2010.

Portal CDR: Disponível em: <<http://www.portalcdr.com.br/noticiasDetalhes.php?id=2428>> Acesso em: 07 Abril 2016.

PORTAL IDEB – MEC. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>> Acesso em: 20 Jun. 2016.

POSITIVO, Instituto Positivo. Disponível em: <<http://www.institutopositivo.org.br/pt/projeto/21-arranjos-de-desenvolvimento-da-educacao-ade>> Acesso em: 05 Fev. 2016.

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Disponível em : <<http://www.fnede.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>>. Acesso em: 05 Fev. 2016.

SÃO BENTO DO SUL. Prefeitura Municipal de São Bento Do Sul. Notícias – Sistema Educacional Família e Escola - SEFE: Disponível em: <<http://www.saobentodosul.sc.gov.br/noticia/9753>>. Acesso em: 07 abril 2016.

SÃO JOSÉ - Adota o Sistema Educacional Família e Escola na Rede de Ensino. Disponível em: <<http://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/saeo>>

[jose-adota-o-sistema-educacional-familia-e-escola-na-rede-de-ensino-mu](#)>. Acesso em: 14 Dez. 2015.

SEFE. Sistema Educacional Família e Escola. Disponível em: <<http://www.sefesistema.com.br/>> Acesso em: 02 dez. 2015.

SEFE. Sistema Educacional Família e Escola. Produtos – Propostas Adicionais. Disponível em: <<http://sefesistema.com.br/produtos6.php>> Acesso em: 02. Dez. 2015.

SHIROMA, E. O.; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

THIESEN, Juarez da S.. Do sentido de scurrere à aposta no futuro: elementos de aproximação entre currículo e prospecção. **Educar em Revista** (Impresso), v. 1, p. 253-268, 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Do projeto ao relatório de pesquisa**. UNESP, s/n, s/d, p. 1-18.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

WIKIPEDIA. **Lista de mesorregiões de Santa Catarina**. 2014. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_mesorregiões\\_de\\_Santa\\_Catarina#/media/File:SantaCatarina\\_Mesoregions.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregiões_de_Santa_Catarina#/media/File:SantaCatarina_Mesoregions.svg)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

## 6. ANEXOS

**Anexo 1: Entrevista com profissionais que atuam na coordenação pedagógica nas secretárias municipais de Educação dos municípios de Santa Catarina visando identificar quais municípios do estado realizam parcerias com instituições ou organizações privadas envolvendo ações no âmbito curricular.**

Prezado profissional da Educação,

A presente entrevista integra a pesquisa de Iniciação Científica, cujo objetivo é mapear, no estado de Santa Catarina, os municípios que realizam parceria com a iniciativa privada para ações no âmbito do currículo.

Roteiro de entrevista

- 1) O município possui algum projeto, contrato de gestão com a iniciativa privada envolvendo ações curriculares?
- 2) Se sim
  - a) Com qual?
  - b) Que projeto(s)?
    - ( ) Material apostilado?
    - ( ) Formação continuada/capacitação de professores em serviço
    - ( ) Assessoria de gerenciamento educacional
    - ( ) Sistemas de controle acadêmico, de gerenciamento de planejamentos e avaliação
    - ( ) Outros, quais?
  - c) Desde quando existe a parceria?
  - d) Quem atende (Público alvo):
    - ( ) Educação Infantil
    - ( ) Anos Iniciais
    - ( ) Anos Finais
    - ( ) Educação Integral
  - e) Se há formação para os professores, como essa ocorre?

**Anexo 2: Entrevista com secretário de Educação de um município identificado no mapeamento e definido para analisar as implicações curriculares devido ao contrato de gestão firmado em parceria com a iniciativa privada.**

Prezado profissional da Educação,

A presente entrevista integra a pesquisa de Iniciação Científica, cujo objetivo é mapear, no estado de Santa Catarina, os municípios que realizam parceria com a iniciativa privada para ações no âmbito do currículo, e analisar as implicações decorrentes dessa parceria.

Questões relativas à parceria do município com o Sistema Educacional Família e Escola- SEFE.

Roteiro de entrevista

- 1) Quando e por quais razões o município iniciou a parceria?
- 2) Qual o foco/objetivo principal que define o estabelecimento da parceria?
- 3) Qual contrato de gestão/ações compõe a parceria e qual o modelo de parceria?
- 4) A decisão da parceria é feita somente pelo secretário e equipe ou também pelos professores
- 5) A decisão tem haver com os resultados e rendimento ou predominantemente questão política e administrativa? Já tem resultados produzidos desde o início?
- 6) Se possui, quais resultados são favoráveis?
- 7) Como os professores tem reagido a essa parceria?
- 8) Essas parcerias alteram (ampliam ou reduzem) o custo da educação no município?
- 9) Quais profissionais da Educação recebem formação no contexto ou âmbito dessa parceria?
- 10) Qual a sistemática planejada para a formação e como ocorre essa formação?
- 11) O município realizou algum encontro/reunião com as unidades educativas para informar sobre a parceria, e sua atuação na escola? Se fez, foi antes da parceria ou depois?
- 12) Atualmente quantas escolas do município estão utilizando o material do SEFE?

**Anexo 3: Entrevista com diretor e/ou coordenador de ensino de uma escola pública dentre as identificadas no mapeamento, para analisar as implicações curriculares devido ao contrato de gestão firmado em parceria com a iniciativa privada.**

Prezado profissional da Educação,

A presente entrevista integra a pesquisa de Iniciação Científica, cujo objetivo é mapear, no estado de Santa Catarina, os municípios que realizam parceria com a iniciativa privada para ações no âmbito do currículo, e analisar as implicações curriculares decorrente de uma parceria de contrato de gestão.

Roteiro de entrevista

- 1) Como a escola ficou sabendo da parceria realizada pelo município?
- 2) Você poderia descrever o que contempla o contrato de gestão estabelecido entre a escola e a iniciativa privada?
- 3) A escola achou interessante a parceria? Acredita que está havendo ou haverá contribuições positivas?
- 4) Houve alguma modificação no Projeto Político Pedagógico da escola em virtude dessa parceria?
- 5) Como a comunidade (pais e estudantes) reage em relação a essa parceria?
- 6) O material utilizado é avaliado como de boa qualidade pelos professores?
- 7) Existe algum mecanismo novo de avaliação decorrente a parceria?
- 8) Houve alguma alteração nos rendimentos escolares decorrente da parceria?

**Anexo 4: Entrevista com professores para analisar as implicações decorrentes de contrato de gestão envolvendo ações curriculares devido uma parceria firmada com a iniciativa privada.**

Prezado profissional da Educação,

A presente entrevista integra a pesquisa de Iniciação Científica, cujo objetivo é mapear, no estado de Santa Catarina, os municípios que realizam parceria com a iniciativa privada para ações no âmbito do currículo, e analisar as implicações curriculares decorrente de uma parceria de contrato de gestão.

Roteiro de entrevista

- 1) O grupo de professores a quem você pertence recebem formação da instituição em que o município realiza parceria? Se sim, como ocorre essa formação?
- 2) Você acredita que essa parceria contribui com seu trabalho ou acaba limitando?
- 3) Esse contrato exige que seguir um planejamento/orientações mais rígido determinado pela instituição parceira?
- 4) Há alguma meta a ser alcançada, estipulada pela instituição?
- 5) Há alguma cobrança por resultados?
- 6) Você observa alguma mudança no rendimento escolar dos estudantes decorrente do contrato?
- 7) Como você avalia o material (se houver) disponibilizado pela instituição contratada?
- 8) Você poderia listar os pontos positivos e negativos dessa parceria?